



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0529/11	DATA: 18/05/2 011
INÍCIO: 14h42min	TÉRMINO: 17h57min	DURAÇÃO: 03h15min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h15min	PÁGINAS: 63	QUARTOS: 39

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ROBERTO MUNIZ - Secretário-Executivo do Ministério das Cidades.
LEODEGAR TISCOSKI - Secretário Nacional de Saneamento Ambiental.
SILVANO SILVÉRIO DA COSTA – Diretor do Departamento de Ambiente Urbano, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente.
GILSON QUEIROZ – Presidente da Fundação Nacional de Saúde — FUNASA.
VICENTE ANDREW – Presidente da Agência Nacional de Águas — ANA.
LÉO HELLER – Coordenador do Consórcio de Universidades (UFMG, UFRJ e UFBA), responsável pelo estudo *Panorama do Saneamento Básico no Brasil*.
ERNANI CIRÍACO DE MIRANDA - Gerente de Projetos da Diretoria de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, órgão vinculado ao Ministério das Cidades.
ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO - Presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais — AESBE.
PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA - Presidente da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas dos Serviços Públicos de Água e Esgoto — ABCON.
ELEUSIS BRUDER DI CREDDO - Representante da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública — ABLP.
CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO - Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais — ABRELPE.
VIDAL BARBOSA DA SILVA - Membro do Conselho das Cidades e representante da União Nacional por Moradia Popular e dos Movimentos Populares.
MARCOS ANTÔNIO LANDA DE SOUZA - Representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e Conselheiro das Cidades — Segmento Movimento Popular;
CACILDA TEIXEIRA DE CARVALHO - Presidente Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental — ABES;
LEODEGAR TISCOSKI - Secretário Nacional de Saneamento Básico, do Ministério das Cidades.

SUMÁRIO: Debate sobre a versão preliminar do Plano Nacional de Saneamento Básico.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Declaro aberta a reunião da Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Boa tarde a todos. Sejam bem-vindos.

Vamos iniciar convidando os presentes para comporem a Mesa: Sr. Deputado Roberto Britto, 1º Vice-Presidente desta Comissão e autor do Requerimento nº 16, de 2011; Sr. Roberto Muniz, Secretário-Executivo do Ministério das Cidades; Sr. Leodegar Tiscoski, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental; Sr. Silvano Silvério da Costa, Diretor do Departamento de Ambiente Urbano da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente; Sr. Gilson Queiroz, Presidente da Fundação Nacional de Saúde; Sr. Vicente Andrew, Presidente da Agência Nacional de Águas.

Esta audiência pública é realizada em parceria com a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, do Ministério das Cidades, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 16, de 2011, de autoria do Deputado Roberto Britto, para divulgação e debate da versão preliminar do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Esclareço aos ilustres convidados e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição. Por isso, solicito que falem sempre ao microfone.

Informo ainda que os convidados terão 10 minutos para suas respectivas exposições.

Registro a presença da engenheira Marizete Caovilla, Secretária-Adjunta de Saneamento do Estado de Mato Grosso, representando o Governo do Estado do Mato Grosso, e do Sr. José Amarante, representando o Presidente do Sindicato de Arquitetura e Engenharia — SINAENCO, Sr. João Alberto Viol.

Dando início aos debates, primeiramente, passamos a palavra ao autor do requerimento e Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Roberto Britto.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, quero fazer uma saudação especial ao Diretor-Presidente da EMBASA, nosso querido amigo Abelardo Oliveira Filho, essa competência em forma de pessoa, a quem a Bahia deve muito pelo belo trabalho que realiza naquela empresa.



Saúdo também os membros da Mesa e o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Sr. Leodegar Tiscoski.

Fico feliz por estarmos hoje aqui, via Internet, falando para o mundo sobre a proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Quando apresentei o requerimento para a realização desta audiência pública eu o fiz na certeza de que poderíamos encontrar meios e caminhos para esse que é um dos graves problemas do Brasil: o saneamento básico. Temos consciência de que os Governos — Federal, Estaduais e Municipais —, as empresas de saneamento, enfim, todos contribuíram — e vêm contribuindo — de forma positiva para a melhoria da nossa situação, mas os números, apesar de animadores, ainda são insuficientes. Por exemplo, eu, de formação médica, tenho consciência de que cada real investido em saneamento representa quase dez em melhoria da saúde. Quanto mais investirmos em saneamento, mais estaremos dando qualidade de vida à nossa população.

Por entender assim, fizemos esse convite à Secretaria Nacional de Saneamento Básico para que pudéssemos discutir com todos os senhores e com o Brasil, em especial, via Internet.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Quero parabenizar o Deputado Roberto Britto e também os companheiros da Comissão pela aprovação desse requerimento, que consubstancia para nós que fazemos a Comissão de Desenvolvimento Urbano não só o debate interno nesta Casa, mas principalmente o exercício do aprendizado. Há informações de que a Comissão precisa ter conhecimento para melhorar sua atuação perante a própria Câmara dos Deputados.

Quero cumprimentar V.Exa., Deputado Roberto Britto, e dizer que, mais uma vez, a Comissão cumpre o seu papel.

Antes de passar a palavra ao primeiro palestrante, quero comunicar que, amanhã, estaremos na cidade de Curitiba. Pela primeira vez, a Comissão de Desenvolvimento Urbano sai dos quatro cantos da Câmara e promove seminários preparatórios para a Conferência das Cidades, que iremos realizar em outubro. Estaremos na cidade de Curitiba, atendendo a um requerimento de nossa autoria, para tratar da questão dos resíduos sólidos, tema da XII Conferência das Cidades.



Obviamente, aprovamos a realização desse seminários preparatórios por região. A primeira região foi a Região Sul — temos três Parlamentares do Paraná, dois estão presentes. A abertura será sexta-feira, a partir das 8h30min, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Em seguida, faremos esses seminários nas cidades de Belém, João Pessoa, Brasília e São Paulo, atendendo às respectivas regiões, cumprindo essa agenda extra-Casa. Vamos mobilizar urbanistas, arquitetos, engenheiros sanitaristas, municipalistas, Deputados, Prefeitos, Vereadores para um tema extremamente importante como é, para o saneamento, a questão dos resíduos sólidos.

Automaticamente, Dr. Roberto Muniz, Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, passo-lhe a palavra, à queima roupa. V.Sa. tem 10 minutos para a sua apresentação inicial.

O SR. ROBERTO MUNIZ - Boa tarde a todos.

Deputado Manoel Junior, Deputado Roberto Britto, demais integrantes da Mesa, é um prazer muito grande estar aqui com os senhores, retribuindo a visita que fizeram ao Ministério. Trago um abraço do Ministro Mário Negromonte, agradecendo a oportunidade, em nome do Ministério, de poder dividir este momento tão importante para o sistema de saneamento brasileiro, ou seja, a discussão, em todo o Brasil, sobre o Plano Nacional de Saneamento.

Início dizendo que estamos percorrendo todo o Brasil, angariando novas informações, outras visões sobre o Plano. Esse Plano surgiu do debate feito por técnicos — as universidades participaram de forma definitiva e decisiva na sua construção; tivemos também contribuição das empresas públicas e privadas que atuam como concessionárias públicas. Isso criou um plano nacional que reputo uma base importantíssima para podermos trilhar os próximos 20 anos no nosso País.

O Plano Nacional é como se fosse um roteiro de viagem. Ele nos dá a perspectiva de onde e como queremos chegar daqui a 20 anos em termos de saneamento em nosso País. Ele traz alguns recortes, Sr. Presidente, que são fundamentais no olhar de quem trabalha em saneamento. Ele não só traz o aspecto quantitativo, ao estabelecer metas para os diversos segmentos do saneamento básico — acesso à água e ao esgotamento, resíduos sólidos e águas pluviais, uma nova temática que está sendo abordada pelo Plano —, mas também se preocupa



com a qualidade do investimento dos recursos. Como os senhores vão perceber na apresentação técnica e também nas palavras do Secretário Nacional de Habitação, essa construção teve como base, muito interessante, os próximos investimentos. São investimentos da ordem de 420 bilhões de reais nos próximos 20 anos. Esses 420 bilhões estarão divididos não só como investimento da União, mas também como investimentos de todos os agentes que fazem parte dessa massa que será a mola propulsora para alcançarmos o grande sonho deste País, fazer da universalização do saneamento uma realidade, principalmente para as pessoas mais carentes.

Então, o Plano traz metas quantitativas, mas também uma reflexão sobre a qualidade dos investimento. Não basta simplesmente estabelecermos uma meta numérica que nos dará a garantia de que teremos, no futuro, um bom atendimento para o cidadão brasileiro. Ele faz um recorte entre o que basicamente é visível, obras que fisicamente vão ser fáceis de serem percebidas, de serem quantificadas — e talvez, Sr. Presidente, é o que às vezes mais emociona a população, porque é a obra física que vai chegar —, mas muito mais importante do que isso, na concepção do Plano Nacional, são os investimentos estruturantes.

E quero aproveitar o momento para saudar o Presidente da EMBASA, o Sr. Abelardo Oliveira Filho. Ele sabe, como representante das concessionárias públicas, que um dos graves problemas que temos no setor é a ineficiência. E, quanto a essa ineficiência, podemos até dizer que o nosso grande desafio é enfrentá-la. Também quero saudar o Secretário da SEDUR, Cícero Monteiro, do Estado da Bahia, e todos os Secretários Estaduais presentes.

E, aproveitando este novo início com a Presidenta Dilma, quero dizer que ela própria tem dito, muito claramente, que a eficiência da gestão é fundamental. Então, com esses investimentos chamados de estruturantes, vamos poder ampliar o debate no Brasil para a qualidade dos investimentos. Existem sistemas hoje que, do momento em que se capta água até o momento em que ela passa pelo hidrômetro, perdem mais de 50%. É muita coisa.

E, aí, o que é que acontece? No Dia Mundial do Meio Ambiente, fomos sobressaltados, porque a ANA previu um futuro um pouco sombrio com a perspectiva da falta de água. Então, se não tivermos um nível de investimento ou um



olhar mais apurado para a qualidade do uso da água, vamos, nas próximas décadas, ter de enfrentar grandes racionamentos no País.

Mas o que estamos fazendo para enfrentar essa situação? Temos de investir nos mananciais, recuperar as matas ciliares, mas também melhorar a qualidade dos nossos sistemas. Então, esses investimentos são estruturantes são fundamentais. E, aí, posso dizer que, ainda neste ano, vamos abrir a possibilidade de termos recursos para redução de perdas.

Então, o que estamos trazendo também é algo muito interessante, Sr. Presidente. Há algumas questões que considero fundamentais: os objetivos do plano estão muito claros: a universalização; a equidade, um olhar um pouco mais apurado aos desiguais, às pessoas que mais precisam do poder público; a integralidade do sistema, no sentido de pensarmos num sistema como um todo, não departamentalizado, como sempre foi, com a produção de água de um lado, saneamento, do outro, água pluvial, do outro. Queremos dar a ideia de ser algo integrado. .

Creio que, depois de todo o trabalho, o Plano deixa, também, algo importante. E a Câmara dos Deputados e o Senado serão importantes, porque é por meio das revisões, das avaliações, que vamos fazer o controle social.

Então, esse plano estabelece uma plataforma de crescimento para o setor, um setor que todos sabemos ser de fundamental importância não só para a prestação de serviços públicos de qualidade, mas também para o rebatimento que isso tem na qualidade de vida das pessoas. Não estamos tratando simplesmente da obra física, mas significativamente da qualidade de vida, da melhoria da saúde, da possibilidade da queda da taxa da mortalidade infantil, de tirar o País de um vetor em que foi por muito tempo colocado, que era o de quase ser impossível enfrentar problemas sociais de grande magnitude.

Esse plano traz para nós esse horizonte, essa perspectiva, essa esperança. Isso tem grande consonância com a base da política social que a Presidenta Dilma está estabelecendo para o Brasil, de enfrentar a miséria, as desigualdades regionais, as desigualdades sociais.

Esse Plano Nacional não é um ser acabado — toda a equipe de colaborou na sua construção está aqui: a Secretaria Nacional de Saneamento, o Ministério do



Meio Ambiente, o Ministério da Saúde, por meio da FUNASA, e o Conselho das Cidades. Ele é um produto que não está acabado, repito, e precisa muito da contribuição de todos.

Estamos percorrendo o Brasil. Tenho a convicção de que hoje será também mais um grande dia de trabalho. Espero que possamos sair daqui com mais contribuições para ampliar esse Plano que precisa ser um guarda-chuva que abrigue todos os brasileiros.

Parabenizo a todos por terem oportunizado este momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Agradeço, na pessoa do Dr. Roberto Muniz, ao Ministro e a todos os membros do Ministério aqui presentes. Meus agradecimentos ao Dr. Leodegar Tiscoski por ter comparecido pela primeira vez à Comissão, que também se abre para essa interlocução permanente com o Ministério das Cidades.

Estamos fazendo esses cafés da manhã, de 15 em 15 dias, para receber os Secretários-Executivos dos Ministérios — primeiro, foi o Ministério das Cidades; depois, vamos receber o do Ministério do Turismo. Essa interação é extremamente positiva e salutar para a Comissão, para a Casa e para os trabalhos do Ministério.

Passo a palavra ao Sr. Leodegar Tiscoski, Secretário Nacional de Saneamento...

O SR. LEODEGAR TISCOSKI - Obrigado, Sr. Presidente.

Saúdo todos os presentes.

Agradeço especialmente ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputado Manoel Junior, ao Vice-Presidente, Deputado Roberto Britto, ao Deputado Ronaldo Zulke.

Considero fundamental a participação do Congresso Nacional na discussão do Plano Nacional de Saneamento, que está hoje aqui tendo mais uma evolução com esta audiência pública.

Aproveito a oportunidade para saudar o Dr. Silvano da Costa, Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente; o Dr. Vicente Andrew, Presidente da ANA; o Dr. Gilson Queiroz, Presidente da FUNASA; e o Dr. Roberto Muniz, que já falou sobre das questões do Ministério, representando



o Ministro Mário Negromonte; o Presidente Abelardo Oliveira Filho, que é não só Diretor-Presidente da EMBASA, mas também da AESB — Associação das Empresas Estaduais de Saneamento Básico; os representantes do Conselho das Cidades, da ABCON, da ABLP, da ABRELPE, da AESBE, que são os segmentos do saneamento; os técnicos da Secretaria Nacional de Saneamento, o Prof. Léo Heller e Profa. Hanna. O Prof. Léo Heller vai falar aqui sobre a evolução da proposta do Plano, mas eles representam as universidades da Bahia, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais que foram fundamentais para que chegássemos neste momento com essa proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.

O saneamento básico no Brasil tem uma história muito recente em termos de estruturação do setor, que começa em 2001 com o Estatuto das Cidades e, em 2003, no primeiro mandato do Presidente Lula, quando foi criado o Ministério das Cidades, a Secretaria de Saneamento. O saneamento passou, então, a ter um endereço. E, na sequência, a Lei dos Consórcios, fundamental para a consolidação dos nossos projetos, principalmente na área dos resíduos sólidos, a Lei do Saneamento, sancionada em 2007, o decreto de regulamentação da Lei de Saneamento de 2010, a Lei dos Resíduos Sólidos, de 2010, e a regulamentação da Lei dos Resíduos Sólidos.

Toda essa estruturação é muito recente.

Agora nós estamos dando um passo fundamental. Refiro-me à consolidação do Plano Nacional de Saneamento. O Brasil, pela primeira vez, vai ter Plano Nacional de Saneamento Básico. Trata-se de um trabalho longo que teve início em 2008 — um pacto pelo saneamento. A partir daí, foi elaborado um material muito vasto, com Cadernos sobre saneamento e publicações, constantes no *site* do Ministério das Cidades, que deram embasamento a esse documento que hoje nós estamos aqui discutindo.

Cumpramos registrar que essa discussão se prolongou com o apoio das universidades, sob o comando do Prof. Léo Heller. Nós promovemos cinco seminários regionais no Brasil, que foram concluídos na última sexta-feira com o Seminário da Região Sul, em Florianópolis. E, agora, com esta audiência pública e mais uma audiência pública que teremos na próxima sexta-feira, dia 20, no auditório do Ministério das Cidades, concluiremos essa ouvida pública para o recebimento de



propostas, a fim de aperfeiçoar esse documento. É o prazo para apresentação dessas propostas é até o dia 11 de junho.

Pretendemos, na sequência, evoluir com essa discussão e, se possível, em julho ou agosto, estar com esse plano consolidado e pronto, como também um decreto pronto para ser assinado pela Presidenta Dilma consolidando o Plano Nacional de Saneamento. E, ao mesmo tempo, incluiremos as propostas que constam nesse plano no PPA para os próximos 4 anos.

Essa é uma meta, Presidente Manoel, que é fundamental, tendo em vista que esse trabalho vai ser importantíssimo. E, inclusive, consta nessa proposta do Plano Nacional de Saneamento que o tenhamos já no PPA para que efetivamente esse documento não fique, como diz o Secretário Roberto Muniz, como uma peça literária. Ele tem de ser colocado em prática e tem que se atualizar permanentemente de acordo com a evolução da realidade brasileira no saneamento, na água, no esgoto, na drenagem urbana e nos resíduos sólidos, as quatro modalidades que compõem o saneamento.

O Secretário Roberto Muniz já falou aqui em alguns pontos que são fundamentais na questão das propostas estruturais e estruturantes, na redefinição do que é atendimento, porque nós tínhamos lá cobertura de água e cobertura de esgoto. Agora nós temos, dentro desse conceito, o atendido, o não atendido e o atendido com atendimento precário. Por exemplo, fossa séptica. É um atendimento correto ou precário? É preciso avaliar se uma fossa séptica tem qualidade na execução e se obedece às normas técnicas. Se ela atende às normas técnicas, é um atendimento correto; se não atende, não é um atendimento correto. Se uma distribuição de água sobre intermitência, não é continuada, esse é um atendimento precário. Portanto, é uma redefinição do conceito de cobertura, principalmente no aspecto de água, esgoto e de resíduos sólidos.

Drenagem é uma realidade dificilmente mensurável, mas o Plano prevê valores específicos para atingirmos as nossas metas em 20 anos, ou seja, até 2030. No conjunto, os valores chegam a 420 bilhões de reais, um valor elevadíssimo. Mas, dentro do que é discutido nesse trabalho, o apoio de um grupo de trabalho interministerial, composto de vários Ministérios, do Conselho das Cidades e de todos os segmentos, chegou-se a um número que julgamos exequível, para que



possamos, nesses 20 anos, universalizar o serviço de água, ou seja, fazer com que todo cidadão brasileiro tenha sua água tratada em casa, universalizar o serviço de resíduos sólidos, de drenagem.

Não vamos chegar, segundo nossas previsões, com esse planejamento, à universalização do esgoto, que é um dos piores índices que nós temos nas quatro modalidades — ou o pior, que é a cobertura de esgoto. Mas chegaremos, em 20 anos, a algo em torno de 90% de cobertura.

Então, Presidente, essa é uma meta desafiadora. Mas o Brasil está dando uma guinada dentro dessa estruturação que ocorre nesses últimos 10 anos e com os recursos do PAC.

Se nós queremos, se as previsões são para universalizar, ou chegarmos próximos da universalização em 2020, com 420 bilhões, lembro que hoje já temos em andamento 85 bilhões de reais de investimentos selecionados; 40 bilhões já selecionados no PAC I, de 2007 a 2010, com recursos do Orçamento da União — financiamento com recurso do FGTS/FAT, com a participação das companhias e dos Estados, das companhias municipais, estaduais, dos Municípios e Estados, do setor privado; e, agora, no PAC II, são mais 45 bilhões. Esses recursos estão aportados no Ministério das Cidades, na FUNASA... E isso sem se falar em contrapartidas de Estados e Municípios. Então, já são 85 bilhões, com a equação possível desses 420.

Esses já são passos bem largos na busca de concretizar essa meta. Mas há muito ainda que fazer.

O Plano, realmente, é uma peça fundamental. A contribuição da Câmara, do Senado, do Congresso Nacional é fundamental, Presidente, porque temos certeza de que esse Plano, como é o primeiro que está sendo discutido para o Brasil, vai servir de grande de embasamento para o planejamento futuro do saneamento. Ele terá que ser atualizado permanentemente, de acordo com a evolução, mas é mais um documento, é um dos marcos regulatórios do saneamento no Brasil, que esperamos realmente venha a se concretizar nesse horizonte de 20 anos.

Por isso, agradecemos à Comissão de Desenvolvimento Urbano, à Câmara e ao Senado, por estarmos aqui neste momento, cumprindo mais essa meta na busca de concluir essa fase da ouvida pública, para que possamos caminhar para finalmente termos o nosso Plano de Saneamento consolidado.



Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Muito obrigado, Dr., Leodegar.

Agora passaremos a ouvir o Dr. Silvano Silvério da Costa, Diretor do Departamento de Ambiente Urbano, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. SILVANO SILVÉRIO DA COSTA - Uma boa tarde a todos os presentes e a todas as presentes.

Eu quero, inicialmente, saudar o Deputado Manoel Junior, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, o Deputado Roberto Britto, Vice-Presidente desta Comissão e autor do requerimento desta audiência, como quero saudar também os outros Deputados presentes, Deputado Ronaldo Zulke, Deputada Rosane Ferreira, outros Deputados que vejo aqui também.

Quero saudar o Dr. Roberto Muniz, Secretário Executivo do Ministério das Cidades, que, ainda que com pouco tempo à frente da Secretaria Executiva do Ministério das Cidades, já vem conseguindo tratar essa questão do saneamento com bastante propriedade e muito envolvimento, o que é importante para o setor de saneamento, para os desafios que nós temos.

Eu quero também saudar o Secretário Leodegar Tiscoski, e, em nome dele, saudar toda a equipe do Ministério das Cidades, da Secretaria Nacional de Saneamento do Ministério das Cidades; e quero parabenizá-lo pela coordenação desse processo de elaboração do PLANSAB.

Destaco também a Dra. Viviane, o Dr. Ernani, o Prof Léo, a Profa. Ana Lúcia Brito, em nome dos outros professores que também têm dado essa contribuição.

Quero saudar também o Vicente Andrew, nosso Presidente da Agência Nacional de Águas, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

A Gilson Queiroz quero desejar boas-vindas, porque recém-chegado à Presidência da FUNASA, e parabenizá-lo pelo cargo. Quero lhe desejar sucesso na sua trajetória, Gilson!

Quero também saudar todos os presentes do Conselho das Cidades, do Setor Saneamento. Quero destacar o meu amigo Abelardo, Presidente da AESBE e da EMBASA, o Vicente Andrew, da ANA, a Cacilda, Presidente da ABES, o Landa, dos



movimentos populares (o seu presidente também estava conosco), e a Ideli, que é nossa representante do Ministério do Meio Ambiente no grupo de trabalho do Plano Nacional de Saneamento Básico.

De fato, quero destacar a importância do Plano Nacional de Saneamento Básico para o País. Temos a história do PLANASA, na época em que houve a tentativa de planejar o saneamento no País, e ainda água e esgoto, mas que não conseguiu envolver os quatro componentes do saneamento básico. De certa forma, conseguiu a evolução no serviço de saneamento do País, mas, por outro lado, não incorporou a todos os setores, não só aos entes federados — refiro-me à lacuna dos serviços autônomos à época —, mas também à parte dos resíduos sólidos e ao manejo das águas fluviais na época da drenagem.

Então, de fato, o Plano Nacional de Saneamento Básico passa a ser um marco importante para o País. Venho acompanhando toda a sua trajetória desde a época em que foi formulado na lei; e sabíamos que, para os serviços e para a política federal de saneamento, era um grande desafio ter um Plano Nacional de Saneamento Básico. Mas agora ele passou na lei, está prestes a sair da condição de perspectiva e passa a ser um instrumento de planejamento muito importante para o País.

Nesse aspecto, o Ministério das Cidades tem tido o importante papel de ouvir e assimilar as contribuições de todos os setores envolvidos no ConCidades. O Plano vem sendo muito debatido no ConCidades, o que permite aprimorá-lo de forma permanente ainda antes do seu nascedouro. Isso é muito importante e vai permitir ao País ter um instrumento de planejamento e avançar na universalização do serviço.

Da parte do Ministério do Meio Ambiente, quero salientar as questões que mais nos importam, destacando a questão da água como recurso hídrico. O Ministério do Meio Ambiente tem o Sistema Nacional de Recursos Hídricos com importância muito grande, e essa é uma relação importante.

A Lei de Saneamento já considera a bacia como um espaço geográfico importante para o planejamento. Vimos destacando que o que vem sendo escrito do PLANSAB, que considera essa unidade de planejamento; e o recurso hídrico está sendo respeitado, o que, ressalto, é importante.



Para nós, a drenagem, o manejo das águas pluviais, que é uma nova perspectiva, está considerada da forma adequada, porque a conservação das nossas APPs urbanas — daí a discussão do Código Florestal sobre áreas urbanas — está um pouco diferente da sua função nas áreas rurais. Mas é importante que o País evolua no manejo das águas pluviais para ter essa condição de gestão para executar esse manejo, além das obras de drenagem. Então, para nós, é uma abordagem do Ministério do Meio Ambiente igualmente importante. O esgotamento, a baixa cobertura que temos de coleta de esgoto e o baixo tratamento acabam resultando na poluição e na contaminação das nossas águas, o que, de fato, é um problema ambiental urbano dos mais sérios.

Por fim, os resíduos sólidos urbanos, dos quais destaco uma componente importante para esse momento do planejamento. Todos falaram aqui da Lei nº 12.305, de 2010, que foi sancionada pelo Presidente no dia 2 de agosto e regulamentada no dia 23 de dezembro. Foram quatro meses e meio de um esforço muito grande do Governo para conseguir uma regulamentação à altura da complexidade dessa política. Conseguimos uma regulamentação em prazo curto e, até onde vimos, sem questionamento da sua qualidade, o que permite ao Governo trabalhar de forma célere para colocar de pé todos os instrumentos da Política Nacional de Resíduos.

Poderíamos dizer: “Mas há uma lei de saneamento com resíduos sólidos e uma Política Nacional de Resíduos sólidos. Que profusão é essa de resíduos sólidos?” Pode-se dizer que a Lei de Saneamento trata da limpeza, um serviço público, e do manejo de resíduos sólidos urbanos. E a Política Nacional de Resíduos Sólidos define, além dos resíduos sólidos urbanos, outros resíduos, como o da construção e demolição, os dos serviços de saúde, os industriais, os agrosilvopastoris — todos perigosos.

Vínhamos tratando disso com muita frequência até para que o País tivesse uma política nacional de resíduos sólidos harmônica com a política federal de saneamento básico nos seus componentes limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos.

Temos feito, no âmbito da União, esse exercício, emanando políticas e ações para Estados e Municípios. Prova disso é o capítulo sobre o Plano Nacional de



Saneamento Básico e capítulo sobre o Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, ambos, no Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Para nós, a harmonização desses dois capítulos foi um bom exercício — e, não tenham dúvida, existe uma intersecção entre essas duas áreas.

Além disso, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos insere também o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico, em seu componente resíduos sólidos urbanos.

Nós estamos trabalhando no Plano Nacional de Resíduos Sólidos como um todo. Pelo decreto, tem ele tem ficar pronto, pelo menos a versão preliminar, agora, no final de junho de 2011, o que para nós é um grande desafio.

Nós não vamos superpor. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos não vai ter outro panorama de resíduos sólidos urbanos, nem metas diferenciadas. Nossa ideia é ter o Plano Nacional de Resíduos Sólidos recepcionando o componente de resíduos sólidos urbanos. O Governo tem apresentado propostas diferenciadas, e vem fazendo isso com grande vigilância, até para servir de exemplo, porque isso vai acontecer em outras esferas nos Estados e Municípios.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos tem desafios que complementam a Lei de Saneamento Básico. Poderíamos citar como maior desafio a possibilidade de os aterros sanitários receberem apenas rejeitos a partir de 3 de agosto de 2014; e a lei define rejeito como tudo aquilo não passível de reciclagem e de reutilização.

Na verdade, terá de ser feito um esforço muito grande para aumentar a reciclagem no País, e os Municípios deixarem de levar resíduos para os aterros, além da eliminação dos lixões. Esse talvez seja o maior desafio da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Tem diálogo com o Plano Nacional de Saneamento Básico, no componente resíduos sólidos urbanos, e também não existe antagonismo a essa meta, que, possivelmente, vai ser referenciada também no Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Ou seja, os dois vão conversar.

Ao encerrar, agradecemos à Comissão de Desenvolvimento Urbano a oportunidade e o convite ao Ministério do Meio Ambiente, parabenizando o Ministério das Cidades pela coordenação e ressaltando a importância dos instrumentos de planejamento nas nossas ações para que esse Plano seja implementado nos próximos anos.



Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Muito obrigado, Dr. Silvano da Costa.

Passo a palavra ao Dr. Gilson Queiroz, Presidente da Fundação Nacional de Saúde.

O SR. GILSON QUEIROZ - Boa tarde a todos.

Gostaria de saudar o Presidente desta Comissão, Deputado Manoel Junior, o autor do requerimento, Deputado Roberto Britto, e os demais componentes desta Mesa.

Como disse o Silvano, estou de volta a uma discussão de que participo há algum tempo, mas que, por força das circunstâncias, dela estive afastado.

É com muita satisfação que vejo esse processo acontecendo. Todos nós aqui vínhamos discutindo saneamento desde a década de 1980. Eu, na qualidade de funcionário da Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, num programa de saneamento rural, já participava dessa discussão, bem como do PLANASA e outras que permeavam àquela época.

Na realidade, esse processo ficou muito mais complexo, na medida em que o saneamento ficou bastante tempo sem endereço. É verdade que aconteceram várias iniciativas em diversos órgãos com gestores diferenciados trabalhando e desenvolvendo ações de saneamento. E essa complexidade aumenta, tendo em vista que 100% da nossa população necessita das ações. Então está colocado para esse segmento a complexidade da sociedade brasileira. Nós temos desde situações complexas do ponto de vista tecnológico de fornecimento para grandes aglomerados urbanos, bem como situações de áreas rurais, indígenas e quilombolas, que são também percepções diferentes e desafios diferentes do que estamos acostumados a tratar.

E os interesses são os mais diversos. Nós temos uma população diferenciada do ponto de vista de renda, nós temos gestores diferentes, nós temos tecnologias diferentes, e juntar todo esse processo dentro de um plano é realmente uma tarefa que não é fácil. O Léo Heller está de parabéns pelo processo, como vem sendo tratado.



Eu gostaria de destacar, do ponto de vista da saúde, do nosso ponto de vista enquanto gestor hoje da FUNASA e participantes do Sistema Nacional de Saúde, que para nós continua sendo o saneamento uma questão básica de saúde, e, enquanto tal, precisamos de observar os princípios do SUS. A Constituição coloca o saneamento como dever do Estado, direito do cidadão, e, com essa situação de pessoas que não têm renda para acessar os serviços pagos, cabe ao Estado hoje fornecer e colocar à disposição todos os serviços. Porque não adianta, numa região metropolitana, nós termos um excelente serviço de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de coleta de lixo, e ter um bolsão de pobreza, porque o *aedes aegypti* vai cuidar de democratizar a dengue. Então não resolve... Nem as pessoas que têm condição de pagamento têm o serviço, se nós não tratarmos da população que tem dificuldade de acesso por questões financeiras.

Então o Plano tem de prever isso; ele tem de ter um viés desse enfoque da saúde pública, porque eu acho que a busca que nós fazemos com a ação de saneamento não é de implantação de uma infraestrutura; é, sim, de busca de melhor salubridade ambiental, de conforto e de indicadores de saúde para essa população.

Essa abordagem dos princípios que estão contidos no plano, da universalização, da equidade, da integralidade, etc., ela realmente cria a possibilidade para que abordemos todas essas questões e consigamos integrar de fato a população mais pobre e os aspectos que esperamos que tenhamos da saúde pública definidos.

Nós temos ainda um desafio no setor saúde. Hoje, no PPA e no PAC, temos a FUNASA responsável pelos mais de 4.900 Municípios abaixo de 50 mil habitantes no País, e não temos nem estrutura nem recursos suficientes para dar conta dessa missão ainda. Mas espero que com esse plano nós contemplemos as formas de atender efetivamente a essa população.

Então os recursos a serem aplicados nos próximos 20 anos têm de ter uma previsão também de capacitar e preparar os Municípios, que estão também de forma autônoma cuidando do saneamento. Então são vários aspectos que têm de ser abordados. E acredito que, com essa discussão, com esse processo que foi construído ouvindo-se todo o mundo, com este momento agora dentro do



Legislativo, a gente vai buscar mais subsídios ainda para melhorar e aprimorar esse Plano, e acho que temos alguma chance de sucesso.

Parabéns a todos os produtores desse plano, a todas as pessoas que estão participando aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Dr. Gilson, muito obrigado. Sua missão é extremamente dura.

Hoje pela manhã eu fazia um questionamento ao Dr. Leodegar sobre a desproporção dos investimentos para os Municípios com menos de 50 mil habitantes — e eu fui Prefeito, por três vezes, de um Município, a minha terra natal, com 30 mil habitantes — em relação àquilo que está sendo investido nos Municípios com mais de 50 mil habitantes. Acredito que caberá, também, igualmente ao Congresso esse debate sobre recursos, até porque o Brasil precisa preparar justamente as suas pequenas e médias cidades com plenas condições de habitabilidade, para evitar justamente o mal que nós temos hoje de resolver os problemas já criados nas megalópoles, nas grandes cidades.

Passo agora a palavra ao Dr. Vicente Andrew, Presidente da Agência Nacional de Águas. Com ele, encerramos a primeira parte da audiência pública. Em seguida, passaremos a palavra ao autor do requerimento, Deputado Roberto Britto, que conduzirá a audiência pública.

O SR. VICENTE ANDREW - Senhoras e senhores, boa tarde. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputado Manoel Junior; o Deputado Roberto Britto, autor do requerimento; os demais Deputados aqui presentes; o Dr. Roberto Muniz, Secretário-Executivo do Ministério das Cidades; o Silvano, companheiro de longa data da própria Secretaria de Ambiente Urbano, com quem tivemos oportunidade de participar do início do processo de construção do PLANSAB.

Gilson, seja bem-vindo! Você realmente tem uma grande responsabilidade, pois há sobre o órgão que você administra uma expectativa muito grande não só no sentido de prestar o serviço, como você mencionou, mas no sentido de dotar os Municípios de capacidade para receber os recursos que estão sendo disponibilizados pela União e na capacidade de prestar adequadamente esses serviços à população, uma vez que os Municípios com menos de 50 mil habitantes



representam quase 90% — são quase 5 mil Municípios dos 5.565 Municípios brasileiros.

Quero fazer um cumprimento especial ao Leodegar e a sua equipe.

Acompanhei também, Leodegar, todos os percalços e a dificuldade que foi entregar ao País essa proposta de Plano Nacional de Saneamento. Sem dúvida, essa é uma obra coletiva, mas ela é, em particular, a obra de uma liderança, liderança essa que você exerceu adequadamente durante esse período. E hoje o País, evidente, com a contribuição de vários segmentos, Prof. Leo, da sociedade... Mas, principalmente, quero destacar aqui que a gente acompanhou de perto, junto com a sua equipe, o esforço, o desejo, a perseverança para que o País tivesse, e vai ter, o Plano Nacional de Saneamento Básico.

Eu queria apenas dar ênfase a questões já colocadas, em particular às questões relativas a investimento.

Se o senhor me permite, Sr. Secretário-Executivo, Dr. Roberto, nós precisaríamos criar a figura do "multiPPA". O grande problema do saneamento no Brasil é a continuidade dos investimentos, é a regularidade, qual seja, de que aqueles recursos estarão disponibilizados para que os prestadores de serviço possam tomá-los, no sentido de prever os seus serviços no futuro, porque isso não é uma coisa que acontece imediatamente. Então, colocar o Plano no PPA é correto; e, se possível, colocar nos futuros PPAs, imediatamente, de forma que isso seja um compromisso não de governo, mas um compromisso da Nação brasileira para consigo mesma, no sentido de buscar solucionar um dos seus principais problemas urbanos, que, sem dúvida nenhuma, é a ausência de saneamento.

Na minha perspectiva, o Plano muda radicalmente a qualidade dos investimentos, porque ele permite uma visão estratégica do País e uma sinergia, um resultado mais efetivo dos investimentos, rompendo ou superando o modelo tradicional, onde a gente disponibiliza uma quantidade de recursos, e, depois, os mais aptos vêm para acessá-los; e com isso, o menos aptos acabam agravando, conseqüente e sucessivamente, o problema de saneamento.

Eu queria fazer um destaque, porque eu penso que o Plano possibilita realmente que haja uma continuidade, uma qualidade superior dos investimentos em saneamento no Brasil.



Penso — e aqui queria fazer apenas um destaque, também —, nós que vivemos — não é, Abelardo? — toda uma discussão na década de 1990 sobre a propriedade dos serviços de saneamento, se deveriam ser privatizados ou não... E naquela época a discussão da privatização embutia também o problema do planejamento e transferia conceitualmente ao mercado a capacidade de planejar um país tão diverso e tão imenso como é o Brasil, dizendo que junto com a privatização os serviços também poderiam ser planejados pela iniciativa privada. Hoje isso se coloca num outro patamar. A discussão sobre a propriedade é absolutamente irrelevante diante de um planejamento nacional, como o Plano Nacional vem apresentar; é mais uma demonstração da capacidade de recuperação do planejamento do poder público, principalmente do poder público federal, como uma obrigação do poder público federal, e não da maneira como isso era enxergado. Não se privatiza um serviço e, depois, o próprio mercado que vá cuidar de dar uma solução. Eu penso que nós perdemos uma década, que foi a década de 1990. Nós ficamos presos nessa armadilha. Se olharmos os indicadores de investimentos em saneamento naquela época, veremos que os investimentos foram muito baixos. Isso agora, com o Plano Nacional, acredito, dá mais uma demonstração, como outros planejamentos setoriais têm sido feitos, dessa capacidade de intervenção do País.

Antes de concluir, eu só queria fazer uma abordagem. Sei que esta é uma abordagem polêmica, mas eu me sinto na obrigação de fazê-la.

Nós que militamos no sistema de água, no sistema de saúde, no sistema de saneamento, também temos a obrigação de fazer um debate com toda a sociedade acerca do Código Florestal e dos impactos que esse Código pode trazer, também, nos serviços que nós temos sob responsabilidade. Tem sido transferida unicamente para a questão rural, entre ambientalistas e produtores agrícolas, a discussão sobre o Código Florestal. Evidentemente, os argumentos, todos eles, são legítimos e justos, quer apresentados pelos ambientalistas, quer pelos produtores rurais. Mas eu penso que nós deveríamos ter, também, alguma posição para com esse tema, contribuir para uma maior clareza de tomada de decisão, por parte do Congresso Nacional, sobre as implicações que pode ter, por exemplo, no sistema de água, a redução das APPS para 7,5 metros ou para 15 metros, como tem sido apresentado; inclusive para o próprio sistema de saneamento, eis que as cidades começam a



fazer um esforço brutal de recuperar tempo na produção de investimentos, inclusive em tratamento de esgoto.

Você já mencionou que, mesmo num horizonte de 20 anos, nós não vamos conseguir atingir a universalização, e que podemos ter, num outro viés, um grande problema de poluição, por deixar mais desprotegidos os principais mananciais brasileiros.

Eu queria fazer este registro, porque penso que é importante, uma vez que toda a sociedade está fazendo debate acerca disso. Eu acho que temos a necessidade de nos posicionar diante deste tema.

Por último, eu queria dizer, Leodegar, que, mesmo participando de todo o processo de elaboração do Plano Nacional — Agência Nacional, Ministério do Meio Ambiente —, nós pretendemos fazer uma contribuição durante o período de consulta pública, que é para possibilitar que os dados e as informações compiladas através do *Atlas Brasil de Abastecimento Urbano*, que foi lançado pela ANA no Dia Mundial da Água, e que é estudo detalhado de Município a Município do Brasil em relação ao seu manancial e ao sistema produtor de água, ele não entra na parte da distribuição de água da chamada universalização. Então, que possamos agregar essas informações ao PLANSAB, e que o Ministério das Cidades, exercendo a sua liderança nesse trabalho, possa transformar o PLANSAB num instrumento mais consistente, de mais utilidade para a sociedade brasileira.

Eu quero deixar aqui os nossos cumprimentos e, como cidadão, a nossa felicidade de ver que o País — como já dito aqui também, mas é importante registrar — vem superando esses gargalos históricos. Sem dúvida nenhuma, não deixa de ser este um motivo de regozijo, que nós passamos a ter um Plano Nacional de Saneamento Básico. Mas nós estamos fazendo isso no ano de 2011. Então, o Brasil tem aí um atraso. Mas, felizmente, isso vem sendo superado rapidamente, como foi também na Política de Resíduos Sólidos agora recentemente. Isso vai poder fazer com que a gente tenha um país realmente melhor, um país mais justo para todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Junior) - Quero, neste instante, agradecer a todos e a todas.



É uma questão de praxe a Presidência ser conduzida pelo autor do requerimento, neste caso o Deputado Roberto Britto.

Então, neste instante, agradeço ao Dr. Roberto Muniz, ao Dr. Leodegar, ao Dr. Silvano, ao Dr. Gilson e ao Dr. Vicente pelas falas que abriram esta audiência pública, desejando a todos um bom trabalho a partir deste instante.

Com a palavra o Presidente Roberto Britto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Quero agradecer ao Presidente Manoel Junior pela condução dos trabalhos na abertura.

Dando continuidade à nossa audiência pública, daremos agora início à apresentação da proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Chamo para que possa fazer a apresentação o Prof. Léo Heller, Coordenador do Consórcio de Universidades (Universidade Federal da Bahia, Universidade do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Minas Gerais) responsável pelo estudo *Panorama do Saneamento Básico no Brasil*.

Gostaria de avisá-lo, Prof. Léo Heller, que o senhor dispõe de 15 minutos para a apresentação.

O SR. LÉO HELLER- Boa tarde a todos. Enquanto os problemas logísticos se acertam, gostaria de cumprimentar o Deputado Roberto Britto, autor do requerimento e Vice-Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Urbano; os Deputados e autoridades presentes; os representantes de movimentos sociais; e a todos e todas aqui presentes.

A ideia é de que eu faça aqui uma apresentação bastante curta, com tempo obviamente insuficiente para explorar a densidade que há no Plano. Eu tratarei de apresentar especialmente os aspectos mais conceituais e metodológicos do Plano e, em seguida, o técnico Ernani Ciríaco, do Ministério das Cidades, fará a apresentação propriamente do conteúdo do PLANSAB, que está disponibilizado no *site* do Ministério das Cidades.

Bem, em 2009, essas três universidades, UFMG, UFBA e UFRJ, foram convocadas pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental para desenvolver um amplo estudo, denominado *Panorama do Saneamento Básico no Brasil*, que daria o suporte conceitual, teórico e empírico para a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico.



Portanto, as universidades desenvolveram esse estudo bastante amplo, o *Panorama do Saneamento Básico no Brasil*, que está disponibilizado no *site* do Ministério das Cidades, desde a última sexta-feira, e constitui, portanto, essa base geral para o PLANSAB.

Evidentemente, este foi um convite, uma convocação muito honrosa para nós, que temos uma trajetória longa de militância no setor de saneamento, militância acadêmica, e seria muita honra ter a oportunidade de contribuir com esse plano. É mais do que honroso: muito desafiante.

E isto eu quero aqui explorar — desafiante — porque planejar a área de saneamento num país como o nosso, com toda a complexidade, com toda as adversidades, especialmente com baixa tradição de planejamento, não se constituía, naquele momento, uma tarefa das mais triviais.

Foi mencionado aqui, na Mesa anterior, que esse é um plano nacional de saneamento que sucede um plano anterior, da década de 1970; mais precisamente, de 1971, que foi o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA.

Portanto, nós tivemos 40 anos sem que aquele plano da década de 1970 tivesse sido atualizado, revisado, substituído por outro instrumento equivalente. E o PLANASA estava longe de ser uma referência metodológica, teórica para o desenvolvimento deste plano, 40 anos após.

Nós estamos falando de um plano desenvolvido em um contexto absolutamente distinto do contexto atual. O País vivia um período de regime militar, pautado por um planejamento tecnocrático, feito nos gabinetes, sem participação. O País tinha um contexto macroeconômico muito distinto do atual; vivia um período de altíssimo crescimento populacional, de grande migração da área rural para a área urbana, com acentuadas desigualdades sociais. Enfim, era um contexto que não se reproduz, embora parte das suas características se mantenham. E não cabe mais falar em um plano com a natureza e as características daquele plano da década de 1970.

Então, um primeiro esforço das universidades foi procurar identificar métodos e correntes teóricas que melhor se ajustassem aos desafios do PLANSAB.



Essa estrutura do nosso estudo, do Panorama, e através dela vou procurar chamar a atenção para alguns aspectos iniciais que já orientaram o desenvolvimento do panorama, e portanto, do PLANSAB.

O primeiro volume desse estudo traz as bases conceituais adotadas para o plano. Aqui nos preocupamos em trabalhar conceitos que o setor de saneamento pouco tem investido intelectualmente na sua reflexão, para dar uns poucos exemplos. A própria legislação trabalha alguns princípios, e sobre eles cabe refletir melhor: o que significa integralidade para efeito de saneamento? o que significa equidade para efeito de saneamento? o que significa intersetorialidade? Só para dar alguns exemplos.

Então, essas definições, essas afirmativas sobre os conceitos definidos estão presentes no primeiro volume. Os três volumes seguintes — dois, três e quatro — tratam de fazer o que estamos denominando de uma análise situacional sobre o setor. O volume dois analisa a situação do *déficit* para os quatro componentes do saneamento previstos na lei; e o volume 2 analisa a situação do déficit para os quatro componentes do saneamento previstos na lei.

O volume 3 faz uma análise dos programas e das ações que especialmente o Governo Federal vem adotando para o saneamento. Foi um trabalho quase que de detetive, buscando-se nas bases de informação do próprio Senado, do Governo, do Ministério do Planejamento quais têm sido historicamente as iniciativas do Governo Federal em saneamento. Uma das suas conclusões é que há elevadíssima pulverização de esforços por parte de vários Ministérios e por parte de vários órgãos nesse campo do saneamento — o Ernani vai mostrar uma lâmina que exemplifica essa situação. Para além de uma pulverização de esforços, há uma baixa capacidade de coordenação desses esforços, que, muitas vezes, tomam direções diferentes e não necessariamente com complementaridade, às vezes com lacunas e com superposições. Essa foi uma constatação importante dessa análise situacional.

O volume 4 faz uma análise situacional sob a perspectiva político-institucional. Ele foi conduzido pela Profa. Ana Britto, aqui presente, e avalia o contexto político situacional a partir de várias perspectivas, de várias dimensões, por exemplo: como se dá a prestação dos serviços, a regulação dos serviços, o controle social, qual é a potencialidade da formação de consórcios para os diversos serviços de saneamento



e assim por diante. Aborda as várias faces da política e do quadro institucional do setor de saneamento.

Esses três volumes a que me referi dão uma base para se planejar, para se pensar o futuro. Aqui, a ideia é romper com o tradicional diagnóstico que acompanha os planos mais clássicos. O diagnóstico, muitas vezes, é muito quantitativo, muito linear, enxerga apenas déficit. A realidade do saneamento não se resume a sua expressão numérica, sua expressão quantitativa, ela tem relação com o contexto político-institucional, com os esforços, inclusive, de investimentos do poder público.

O volume 5 faz uma análise dos investimentos, análise do histórico de investimentos que o setor tem recebido com referência aos recursos públicos federais, principalmente, mas também internacionais. Faz, sobretudo, uma estimativa dos investimentos futuros necessários para atingir metas que o Plano traça. E daí surge essa nova cifra que tem circulado bastante, os famosos 420 bilhões de reais, a quantificação estimada da necessidade de recursos públicos de origem federal e não federal, recursos públicos e também privados. Apenas uma parte desses 420 bilhões seria de responsabilidade do Governo Federal, cerca de 253 bilhões.

O volume 6 procura trazer a visão de futuro do planejamento, a visão prospectiva do PLANSAB, com os cenários — vou detalhar um pouco mais isso —, as macrodiretrizes, as estratégias, as metas e os programas.

O volume 7 se compõe de um conjunto de 13 cadernos temáticos, que estão aí listados. Infelizmente, não vou ter tempo de explicá-los com mais detalhes. Foi um esforço para convocar teóricos, intelectuais, especialistas em vários temas importantes para o setor de saneamento em relação a que julgávamos que havia carência de uma reflexão mais qualificada e que produziram cadernos de 40, 50 páginas, compondo esse volume 7.

Nós consideramos que essa é uma contribuição do estudo do panorama para além do Plano Nacional de Saneamento e que poderá ser apropriado por estudos posteriores. Na minha avaliação, é um caderno com altíssima qualidade quanto às suas reflexões.



As primeiras indagações que as universidades se fizeram: como planejar? Que escola de planejamento ou que linhas teóricas e metodológicas de planejamento adotar?

Este é um eslaide muito simples. Nele se procura apenas fazer um paralelo entre o que hoje se denomina de planejamento tradicional ou planejamento normativo — talvez possamos classificar o PLANASA nesta coluna da esquerda — com técnicas e métodos mais modernos de planejamento.

Aqui, particularmente, a escola do Planejamento Estratégico Situacional. É uma corrente de planejamento que tem sido bastante utilizada no Brasil, em outros setores, no setor de saúde. As administrações públicas municipais e estaduais têm planejado a sua ação, por exemplo, com base nessa corrente. Enfim, parte-se de um modelo em que se trabalha com uma visão de muita certeza sobre o futuro, de uma visão determinista, de um planejamento pouco participativo, feito por um planejador em sua sala, com ar-condicionado, e se vai para um planejamento que lida com a incerteza, que não é determinista, que trabalha não apenas com um futuro, mas com cenários de construção de futuro. Procura não ser normativo, procura, sobretudo, ser estratégico, o que significa ter a capacidade de se moldar a diferentes realidades que possam ocorrer ao longo do período de planejamento.

Aqui, uma rápida definição de cenários. Cenários, essa foi uma das técnicas utilizadas. Esta é outra corrente, o planejamento baseado em cenários, que é muito apropriado quando se planeja por um período de mais longo alcance, como é o caso do PLANSAB, que precisou pensar o País para 20 anos e não apenas para um mandato governamental, por exemplo.

Os cenários foram construídos com base nessa definição. Os cenários nada mais são do que a combinação entre incertezas críticas sobre o futuro e as hipóteses de variação dessas incertezas críticas.

Então, para construção dos cenários — o Ernani vai mostrar isso também —, trabalha-se com um conjunto de incertezas. No nosso caso, cinco grandes incertezas críticas. São variáveis que podem provocar um forte impacto sobre o futuro do setor e, ao mesmo tempo, fazem com que tenhamos pouca certeza sobre o seu comportamento futuro. Um exemplo que temos dado nos seminários regionais é a variável da política macroeconômica. Ela se ajusta perfeitamente a essa



definição: não temos certeza absoluta de como ela vai se comportar e, ao mesmo tempo, sabemos que, dependendo do seu comportamento, seu impacto sobre o futuro do setor será significativo.

Este é um fluxograma — não vou ter tempo de detalhá-lo muito — que mostra as etapas cumpridas para a construção da visão estratégica do PLANSAB. Então nós partimos da análise situacional, que mostrei aqui nos quatro volumes, e elas irrigaram o conjunto de atividades, de debates públicos, de oficinas, de reuniões com técnicos, de reuniões com o GTI, com o Conselho das Cidades. Sequencialmente, foram construídos cenários, metas, macrodiretrizes, programas e ações e o plano de monitoramento. Houve também a realização de cinco seminários regionais, nos quais se contou com a participação de quase 500 pessoas e que foram fundamentais para trazer uma visão mais regionalizada para essa visão estratégica.

Aqui, um exemplo de construção de cenários.

Esta é a cronologia dos seminários, dos cinco seminários regionais, com o número de participantes em cada um deles.

Para concluir — meu tempo está avançando rapidamente e sem muito aviso prévio —, quero destacar algumas inovações que consideramos que o PLANSAB traz para o setor de saneamento em relação às reflexões habituais dessa área.

A primeira delas é a preocupação em lastrear a mais sólida base conceitual que ele conseguiu. O que existe no PLANSAB não é apenas fruto de intuição, de opinião, está lastreado em reflexões conceituais importantes.

A segunda inovação é a forma como se pensou a realidade atual e o passado mais recente. Como eu mencionei, não apenas no tradicional diagnóstico, mas por meio de uma análise situacional e, particularmente, para a estimativa do déficit — o Secretário-Executivo fez menção aqui —, trabalhamos um modelo conceitual que classifica as populações brasileiras em três categorias, e não mais de forma dicotômica, tradicional, ou seja, população com ou sem atendimento. Aqui, nós trabalhamos com três categorias: com atendimento adequado, com atendimento precário e sem atendimento. Atendimento precário e população sem atendimento compõem o que se chama de déficit.

Isso traz números de cobertura novos — não tão otimistas como os números que estamos acostumados a enxergar e a ler —, que retratam com mais



fidedignidade a situação do saneamento no País. Sendo assim, nós não podemos classificar como atendida por água uma população que recebe água que não observe os padrões de potabilidade. Esse é um dos exemplos que estão por trás dessa nova definição.

Estimativa de investimentos é uma novidade que o PLANSAB traz. Nós temos agora números mais atualizados para água e esgotos e novos números para drenagem e para disposição final de resíduos sólidos. Nós tínhamos estudos muito esparsos, um estudo mais consistente sobre água e esgotos, mas muito desatualizado. Houve uma atualização, um aperfeiçoamento desse estudo sobre água e esgotos e, como contribuição, estimativas para os dois outros componentes.

A outra inovação é o conceito de medidas estruturantes, que o Secretário-Executivo e o Secretário de Saneamento abordaram aqui. Esta curva vermelha representaria as medidas estruturais, as medidas clássicas em obra, em infraestrutura física, e a amarela, as medidas estruturantes, as medidas de gestão, controle de perdas, capacitação, desenvolvimento científico e tecnológico, um grande conjunto de preocupações, eficiência energética, elaboração de planos municipais de financiamento, elaboração de projetos, fortalecimento da regulação adequada, do controle social.

Então, o que nós teríamos, quanto a investimentos, na medida em que o PLANSAB é aprovado, é um acréscimo dos esforços e medidas estruturantes, que cresceriam ao longo do tempo, ao passo que as medidas estruturais, à medida que se aproximam do momento da universalização, vão decrescendo até dar lugar a uma inversão de esforços. A partir do momento em que a população contar com a universalização de acesso, nós passaremos a ter mais necessidade de medidas estruturantes que estruturais. Essa é uma lógica que presidiu a estimativa de investimentos e os vários esforços do PLANASA.

Mais 1 minuto e concludo, Deputado.

Outra novidade é não basear o PLANSAB em matriz tecnológica única, padronizada, mas pensar em um conjunto de tecnologias, dependendo das características das populações. Em seguida, a ideia de um planejamento que foi participativo e que buscou ser estratégico.



Em relação aos programas, penso que são uma importante novidade do PLANSAB, tendo em vista que eles não surgem de forma arbitrária, estão muito bem lastreados nos princípios da universalidade, da integralidade, da equidade — existe um plano proposto apenas para a área rural, Presidente Gilson — e da intersetorialidade.

Por fim, há a ideia de que o Plano precisará ser monitorado de forma permanente, sequencial, consequente e qualificada, para que seja muito mais do que uma peça literária que fique nas prateleiras dos integrantes do setor.

Era isso. Obrigado. Desculpe-me ultrapassar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Nós agradecemos ao Prof. Léo Heller a brilhante exposição.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Ernani de Miranda, Gerente de Projetos da Diretoria de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, que disporá de 15 minutos para fazer a sua apresentação.

O SR. ERNANI CIRÍACO DE MIRANDA - Boa tarde a todos e a todas.

Cumprimento o Deputado Roberto Britto, que preside esta reunião.

É uma enorme oportunidade para nós que militamos no setor de saneamento há muitos anos contribuir com passo largo e importantíssimo para o planejamento e a política pública em saneamento básico no Brasil.

O foco da minha exposição é a apresentação do Plano propriamente dito. Parte dos eslaides contextualizam aspectos conceituais e técnicos importantes para o entendimento do Plano, mas que foram exaustivamente abordados por outros palestrantes desde a Mesa de abertura, como o nosso Secretário, o Secretário-Executivo do nosso Ministério, o Prof. Léo Heller agora também. Vou dedicar-me a apresentar alguns eslaides com resultados concretos das propostas efetivas e deixar de lado alguns eslaides que abordam mais aspectos conceituais.

(Segue-se exibição de imagens.)

O documento do PLANSAB que está disponível na Internet é composto de dez capítulos. Evidentemente, não cabe aqui abordar todos eles. Sobre os princípios fundamentais, o Secretário Roberto Muniz já falou. Isso está na lei e é de amplo conhecimento do setor. O Plano trata de respeitar e efetivar esses princípios das propostas que traz.



Aqui, um primeiro aspecto de dados e de resultados. São índices de atendimento com serviço, valores de 2008, no Brasil. Muitos desses valores são de conhecimento dos senhores e são aqui apresentados no formato com que tradicionalmente trabalhamos, ainda sem esta consideração: atendimento adequado, atendimento precário e não atendimento.

O abastecimento de água aqui considerado é o atendimento por rede de água e por poço ou nascente. No Brasil, índice total de 91%; área urbana, 97%; área rural, 62%. Esses dados são fortemente impactados negativamente pela intermitência, que no Brasil tem média de 31%. Esses 31% indicam parte desses moradores alcançados pela categoria de atendimento precário.

Quanto a esgotamento sanitário, coleta é aqui entendida como rede coletora mais fossa séptica. O índice nacional é de 70%, na área urbana e na rural. Apenas área urbana, 79%; área rural, 24%, impactados negativamente pelo baixo índice de tratamento dos esgotos. São tratados 53% dos esgotos coletados, de acordo com dados da PNSB. Evidentemente, parte desse atendimento transforma-se em precário, porque o esgoto por ele coletado não é tratado.

Resíduos sólidos, indicadores de coleta. Na área urbana, 91%; na área rural, 29%. Essa coleta é tanto direta quanto indireta, independente de periodicidade. Pode ocorrer todos os dias, a cada 2 dias ou semanalmente. Portanto, pode haver baixa qualidade na coleta.

Outro indicativo de baixa qualidade é a presença de lixões. Vejam que em 51% dos Municípios brasileiros há lixão. Portanto, esse indicador faz com que parte do atendimento com coleta caia ao nível do atendimento precário.

Drenagem. O indicador com que estamos trabalhando é a existência de inundações nos Municípios. Notem que 41% dos Municípios sofreram inundação nos últimos 5 anos. Esses são dados do ano de 2008 que nortearam os estudos do Plano.

Esses indicadores que acabo de apresentar transformam-se, nessa nova visão, nesse novo conceito que o Plano traz, nesses números que aqui estão.

Relativamente a abastecimento de água, 62,4% do atendimento é considerado adequado, e 33%, precário. Sem atendimento: 4,5%. O precário



soma-se ao sem atendimento para compor o déficit e nortear as formulações e as proposições de soluções que o Plano apresenta.

Em relação a esgotamento sanitário, 46,8% do atendimento é adequado; 44%, precário. Sem atendimento: 9,1%. O que seria atendimento adequado? Coleta com rede coletora, desde que o esgoto seja tratado, e uso de fossa séptica, desde que sanitária e tecnicamente adequada. Atendimento precário: pode haver rede coletora, mas os esgotos não recebem tratamento; pode haver fossa rudimentar ou até mesmo uma chamada fossa séptica, mas, na prática, existem as condições adequadas.

Resíduos sólidos. Percebam que 59,6% da população tem atendimento adequado, considerando coleta com periodicidade mínima — dia sim, dia não — e sendo os resíduos dispostos com solução técnica correta, por exemplo, aterro sanitário, muito embora a Lei nº 12.305 reserve os aterros sanitários para rejeitos. Em relação a esse número, consideramos que mesmo o aterro que não seja para rejeitos, estando disposto em aterro sanitário, é adequado. Atendimento precário: 27,3%. Sem atendimento: 3,1%.

Essa caracterização que trazemos do quadro anterior também é fundamental para as propostas que vêm a seguir.

Estes são dados da análise situacional. Isso já foi falado.

Isto foi citado pelo Prof. Léo Heller. O Plano faz uma reflexão quanto aos documentos do panorama sobre a dispersão das ações e dos programas de investimentos em saneamento básico. Em 2009, havia 22 programas na esfera federal que totalizavam 169 ações.

Estudo de cenário. Isso já foi citado pelo Prof. Heller.

Vou iniciar a apresentação de alguns eslaides em que mostramos as metas propriamente ditas, o que o Plano pretende.

Abastecimento de água. O Plano traz sete indicadores, que são tanto metas a serem perseguidas quanto indicadores de monitoramento e avaliação.

Vou citar o primeiro. Quanto ao índice de atendimento com água, urbano mais rural, o Plano propõe sair de 91%, a realidade atual, para 98%. O diferencial aqui é que é um atendimento totalmente adequado. Incorpora os precários e traz para o atendimento adequado.



O Plano prevê a universalização dos serviços na área urbana, mas na área rural não alcança a universalização no horizonte de 20 anos.

Trazemos também alguns indicadores de qualidade, como intermitência, por exemplo: reduzir a intermitência de 31% para 18%.

No que se refere a esgotamento sanitário, são seis indicadores. A coleta dos esgotos saltaria no Brasil de 70% para 88% — na área urbana, de 79% para 91%. Alcançaria em algumas regiões bons índices, como no Sul e no Sudeste, 95% e 97%.

Quanto a tratamento de esgotos, a meta é saltar de 53% dos esgotos coletados para 88%, imprimindo uma qualidade hoje não existente em boa parte das localidades em que os moradores contam com o serviço. Apresentamos alguns outros indicadores de qualidade.

Aqui, indicadores de resíduos sólidos. A cobertura com a coleta seria universalizada no horizonte do Plano; em algumas regiões, até antes do horizonte, seria em 2020. A disposição dos resíduos sólidos passaria a ser adequada a partir de 2014, atendendo a Lei nº 12.305, que estabelece que todos os lixões devem estar fechados em 2014. A partir daí, a disposição tem que ser adequada.

Drenagem. A proposta é sair de 41% dos Municípios que sofrem com inundações para 11%, adotando-se todas as soluções, sejam de drenagem, sejam principalmente soluções denominadas de técnicas compensatórias, com o favorecimento da infiltração, de parques lineares e outros agentes que poderiam ser usados.

Há alguns indicadores de gestão. O Plano se preocupa também com a qualidade, como já foi exaustivamente mencionado, por isso traz alguns indicadores sobre a gestão do serviço, que monitora como está a modernização, o fortalecimento da gestão. Não só monitora, mas estabelece no programa estruturante recursos para que esse lado do saneamento seja adequado, melhorado e modernizado com ações chamadas de estruturantes.

Esse conjunto de metas pode ser desagregado por Estados. No eslaide isso aparece apenas para oferecer exemplos. Não vou ler tudo, evidentemente, mas cada Estado pode se enxergar nas metas propostas no Plano, assim como as regiões hidrográficas. Se se quiser desagregar aquelas metas, sobretudo as de



atendimento, segundo as doze regiões geográficas brasileiras, o Plano permite isso. Esse exercício já aparece no documento que trazemos, e o monitoramento pode também usar esse espaço geográfico, se assim for detalhado no monitoramento.

A partir das metas, então, calculamos a necessidade de investimento. Já foi dito aqui que o resultado final foi de 420,8 bilhões, dados de dezembro de 2009. Desse valor, 105 bilhões são para abastecimento de água; 157 bilhões, para esgotamento sanitário; 16 bilhões, para resíduos sólidos, e 55 bilhões, para águas pluviais urbanas, totalizando, quanto aos investimentos estruturais e mais uma parcela significativa dos estruturantes, 334 bilhões.

Esse valor se soma aos investimentos previstos para melhoria da gestão, o que aparece aqui embaixo: 86,5 bilhões, que, somados aos 334 bilhões, resultam nos 420,8 bilhões. O mesmo valor pode servir, segundo algumas outras hipóteses, para distribuição, expansão e reposição. Por exemplo, 245 bilhões são para expansão, construção de sistemas, e 89 bilhões, para repor infraestrutura existente, que está esgotada, que está vencida. Também numa visão de urbano e rural, desse montante de 334 bilhões, 324 bilhões referem-se ao urbano, e 10 bilhões, ao rural.

Ainda numa separação de estrutural e estruturante, prevê-se que, desse montante de 334 bilhões, 247 bilhões sejam estruturais, portanto, obras efetivas, e 86,5 bilhões sejam estruturantes, aqui se incluindo pequenas obras, mas sobretudo serviços, capacitação e qualificação. Esse estruturante se soma ao componente de gestão, totalizando 172 bilhões só para estruturante na proposta apresentada.

Isso é um exercício de distribuição das responsabilidades para dispor os recursos. É apenas um exercício, que poderá variar à medida que o Plano for sendo implementado e os programas forem sendo detalhados. Mas, nesse primeiro exercício, 253 bilhões seriam recursos vindos de agentes federais, incluídos o OGU, o FGTS e o FAT, e 167 bilhões, de agentes não federais, compreendidos orçamentos municipais, orçamentos dos Estados e recursos tarifários da prestação de serviço. Hoje há uma parcela significativa dos investimentos que já são feitos com recursos tarifários.

Os programas. Para alcançar aquelas metas previstas e aplicar com qualidade os recursos que serão necessários, o Plano traz a proposta de três programas. Um programa é chamado de Saneamento Básico Integrado, que é para



as ações estruturais. Seu foco principal é a área urbana. Ele atenderia de forma integrada os quatro componentes do saneamento básico. A ideia aqui é ter um olhar sobre o território que traga para aquele território a solução completa de saneamento básico — água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem. Preferencialmente, as propostas devem estar apresentadas nesse contexto, muito embora, evidentemente, propostas de cada componente também possam ser apresentadas ao programa. A estimativa é de 177 bilhões para esse programa, apenas de recursos federais.

O segundo programa é o de saneamento rural. Ele aparece destacado no Plano por conta do déficit histórico que o setor de saneamento tem para com a área urbana brasileira. Portanto, trazemos um programa específico para essa área, que também deve atender os quatro componentes: água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos. Prevemos a necessidade de 14 bilhões. Portanto, àqueles 10 bilhões de que falei antes se somam 4 bilhões, voltados para a gestão. A ideia é que, além da área rural, se atendam povos indígenas, comunidades tradicionais. E que se faça no detalhamento desse programa uma boa definição do que vamos considerar para efeito da aplicação dos recursos e da execução dos empreendimentos: o que de fato é área rural e o que de fato é área urbana. Não necessariamente podemos estar reduzidos à definição tradicional do IBGE, mas outros aspectos podem ser considerados. Os cadernos temáticos se debruçam sobre esse assunto, o que nos subsidiará nesse aspecto.

O terceiro programa é o Saneamento Estruturante. São ações exclusivamente estruturantes para os quatro componentes — água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem. Prevemos recursos de 62 bilhões só de agentes federais. As ações típicas seriam apoio à gestão, apoio à prestação de serviços, capacitação e assistência técnica, desenvolvimento científico e tecnológico.

Portanto, os senhores veem que, para os três programas propostos, a visão da integralidade está presente de maneira forte. A ideia é considerar o saneamento básico num conceito integral, não apenas no conceito tradicional de água e esgoto, mas sim numa visão integral. O olhar é sempre sobre o território, para levar a solução definitiva para esse território.

Um aspecto fundamental — com este eslaide encerro minha apresentação — é o que vem depois do Plano. Na verdade, por mais que já tenhamos gastado



energia e feito esforços para chegarmos até onde chegamos hoje, a verdade é que estamos começando. Uma vez aprovado o Plano, sua efetividade é um grande desafio. Torná-lo efetivo, torná-lo uma realidade é um grande desafio. Parte desse desafio será vencido se nos debruçarmos sobre o monitoramento e a avaliação de maneira firme e concreta.

Propomos, no Plano, cinco dimensões para se fazer isso. A primeira dimensão é a do cenário, ou seja, aquele cenário de desenvolvimento do País, para o qual o Plano foi traçado. Aquela cenário vai se realizar ou não? Usamos o cenário mais promissor e dois outros cenários de comparação. Aqui se leva em conta a política macroeconômica, o fortalecimento do Estado brasileiro, a perenidade e a continuidade dos investimentos, a matriz tecnológica, aspectos do desenvolvimento ambiental e de disponibilidade de recursos hídricos. Esse cenário mais promissor é o cenário que o Plano escolheu para se desenvolver.

A segunda dimensão é a das metas propriamente ditas. Trata-se de monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente se aquelas metas que estão sendo perseguidas estão ou não sendo alcançadas.

A terceira dimensão é a dos indicadores auxiliares. Com uma visão intersetorial, propõe-se monitorar e avaliar como está o comportamento de evolução dos recursos hídricos, da saúde, do meio ambiente, do desenvolvimento urbano, enfim, outras políticas que têm interface muito forte com o saneamento básico e vice-versa. Precisam estar permanentemente sendo avaliadas e monitoradas para que se veja o impacto no saneamento básico.

As macrodiretrizes estratégicas. Saltei esse eslaide, mas o Plano apresenta um conjunto grande de macrodiretrizes estratégicas, no âmbito do qual o Plano se desenvolve. Para que o Plano seja efetivo, para que seja implementado, diversas estratégias terão que ser consideradas e adotadas pelos agentes públicos e privados, sobretudo pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais. A observância dessas macrodiretrizes estratégicas é fundamental.

Por fim, a quinta dimensão, que é a dos programas: acompanhar os resultados, se o público-alvo está sendo observado, se os beneficiários estão sendo alcançados e se está havendo controle e participação social. As metas são gerais,



mas cada programa terá suas metas, terá seus resultados sendo fixados. O acompanhamento disso é fundamental.

A lei prevê atualização e revisão do Plano a cada 4 anos, em data coincidente com a revisão do PPA. Portanto, o monitoramento e o avaliação trazem subsídios para essa revisão, para a correção de rumos e para as adequações necessárias.

Assim eu encerro minha apresentação.

Muito obrigado pela atenção dos senhores e das senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Agradeço ao Sr. Ernani de Miranda, Gerente de Projetos da Diretoria de Articulação Institucional da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, a brilhante exposição.

A partir de agora, cada expositor terá 10 minutos para fazer a apresentação.

Convido a fazer uso da palavra o Sr. Abelardo de Oliveira Filho, Presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais — AESBE e também Presidente da Empresa Baiana de Águas e Saneamento — EMBASA.

O SR. ABELARDO DE OLIVEIRA FILHO - Boa tarde a todos.

Cumprimento o Deputado Roberto Britto, baiano, a quem agradeço as palavras carinhosas; os Deputados presentes; o Secretário Leodegar e toda a equipe do Ministério das Cidades coordenadora desse plano; Léo Heller, Ana, o pessoal da universidade, que fez um trabalho excelente; os representantes das entidades coirmãs, ABCON, ABELPRE, ABES; o Presidente da FUNASA.

Primeiro, quero esclarecer que não vou apresentar aqui uma visão da AESBE, onde recentemente houve eleição e renovação de 19 dos 25 presidentes. Nós vamos realizar uma reunião do Conselho, em Salvador, no dia 20. Portanto, Sr. Secretário, justifico desde já que a AESBE não vai poder participar. Nós estaremos discutindo exatamente a posição da AESBE em relação ao Plano.

Vou apresentar aqui algumas observações como militante histórico do setor e dizer da minha alegria de observar que esse plano está efetivamente saindo do papel.

Quem acompanhou todas os debates da Política Nacional de Saneamento, cujo processo tive o prazer de coordenar — foi aprovado por unanimidade nas duas Casas do Congresso Nacional — pôde perceber que a discussão do planejamento realmente foi muito forte. Felizmente, agora sob a coordenação do Ministério das



Cidades, está sendo colocado em prática um instrumento fundamental para o desenvolvimento das ações de saneamento no País. Esse conjunto de macrodiretrizes vai ser fundamental, inclusive para assegurar as metas estabelecidas nesse plano.

O Plano cria o conceito do déficit estabelecido. Ele inova porque estabelece a questão do atendimento, do atendimento precário e do não atendimento. Eu acredito que isso é um componente importante para o planejamento. Se mascarássemos essa situação com atendimento global, sem considerar a intermitência, principalmente em Estados do Norte e do Nordeste, realmente não estaríamos trabalhando de forma adequada.

O Plano foca a principal diretriz da Política Nacional, que é a universalização dos serviços.

Há uma questão fundamental que eu quero realmente abordar: a dos recursos. Nós trabalhamos até hoje com os recursos tarifários. Acredito ser uma questão também importante. A AESBE quer trazer essa discussão. É preciso sensibilizar a própria sociedade da importância da tarifa na universalização dos serviços. Existem dados preliminares que indicam que as companhias chegaram a investir cerca de 50% desses recursos, com recursos próprios.

Nós observamos hoje que — vivenciamos isso na Bahia —, na hora em que se faz uma revisão tarifária, aparece alguém e entra na Justiça, alegando inclusive que tarifa não é para isso. É preciso efetivamente promover uma conscientização quanto a essa necessidade, já que as tarifas do saneamento — existe uma pesquisa que mostra isso — são muito menores, por exemplo, do que as tarifas de telefonia fixa, principalmente a tarifa do pré-pago, que é a melhor coisa do mundo: recebem-se os recursos de forma antecipada, não há inadimplência, e a população de baixa e média renda gasta sete vezes mais do que gasta com abastecimento de água...

Essa é uma questão importante. Todos nós do setor de saneamento, particularmente a própria Secretaria e a AESBE, vamos realmente entrar firme na discussão da importância da tarifa como instrumento de universalização.

A discussão sobre os recursos não onerosos é antiga. Hoje nós temos o PAC, que é, efetivamente, uma segurança. Vicente Andreu levantou uma questão



relevante. É muito importante que o Plano consiga trabalhar numa perspectiva de garantia dos recursos para os próximos 20 anos. Hoje nós temos o PAC, há recursos já assegurados.

Existe uma discussão antiga que eu gostaria de retomar. Trata-se da definição de um percentual do PIB para aplicação em saneamento. Essa é uma questão extremamente importante. Não vamos conseguir universalizar o saneamento no Brasil sem esse componente muito importante do Orçamento Geral da União.

Nós precisamos resgatar o papel do FGTS. Historicamente, eram 40% para o saneamento, envolvendo as questões de infraestrutura urbana. É importante que venhamos a resgatar a possibilidade de utilizar recursos do Fundo de Garantia, ampliado agora, inclusive, para outras áreas de infraestrutura.

Espero que possamos também garantir um percentual do próprio FAT como instrumento para a universalização.

Obviamente, além dos recursos das agências multilaterais, os recursos internacionais também são muito importantes.

Outra questão que a AESBE está discutindo há algum tempo — vai entrar muito firmemente nessa discussão — é a do subsídio. O próprio Governo Federal tem um exemplo claríssimo, que é o Programa Luz para Todos.

Eu acho que trabalhar a questão dos subsídios é realmente fundamental para que consigamos atender a população de baixa renda, principalmente da zona rural.

O Presidente da FUNASA tem um desafio muito grande, que é exatamente o saneamento na zona rural, nas áreas de quilombolas. Precisaríamos efetivamente trabalhar todas essas questões de subsídios, estando aí embutido algo que já estamos discutindo com o Governo Federal, com a própria Secretaria Nacional e o Ministério das Cidades. É uma questão latente, que vem de muito tempo: a desoneração de PIS e COFINS. Outros setores considerados não tão importantes ou essenciais como o de saneamento estão desonerados. Nós estamos com uma parceria com o Ministério das Cidades.

Quero aqui informar que a AESBE contratou a Fundação Instituto de Administração — FIA, da USP, que vai apresentar um trabalho consubstanciado efetivamente com os recursos que foram gastos pelas companhias com o



pagamento do PIS/COFINS, verificando algumas alternativas, para que possamos apresentá-las ao Governo Federal, de utilização desses recursos, abordando inclusive a própria questão da distribuição desses recursos.

Acho que o plano realmente avança num ponto, citado aqui principalmente pelo companheiro Léo: a dispersão das ações de saneamento no Governo Federal. E representa realmente um desafio muito grande. Três programas com aquela concepção efetivamente é um grande desafio para o Governo Federal no sentido de integrar essas ações. Que o Ministério das Cidades, através da Secretaria, possa efetivamente trabalhar essas questões, porque hoje, infelizmente, diversos órgãos do Governo Federal têm critérios diferentes de acesso e de desembolso.

A AESBE também vai apresentar essa questão e já está discutindo com o Ministério e com a Caixa Econômica. Nós vamos ter a oportunidade de fazer essa discussão. Infelizmente, o secretário não vai poder estar presente porque vai estar aqui, na discussão do plano, mas o Manoel Renato, o Rogério Menezes, o Medaglia, da Caixa, vão estar presentes. Na saída, conversei um pouco com o Roberto Muniz. Se ele puder, também vai estar presente a essa discussão inicial, quando a AESBE pretende apresentar um documento com a perspectiva de simplificar o acesso e o desembolso.

Mas quando falo no desafio, o Programa de Saneamento Integrado, principalmente do ponto de vista dos prestadores de serviço que só têm a competência na questão da água e esgoto, eu costumo dizer o seguinte: se nós, principalmente nas regiões metropolitanas — e há o exemplo claro das grandes metrópoles como, por exemplo, Salvador, com que convivo no dia a dia —, pudermos conseguir todos os recursos necessários para universalizar a coleta, o tratamento e a distribuição adequada, mas não tivermos uma intervenção do saneamento integrado, inclusive com urbanização de áreas precárias, não vamos conseguir universalizar o acesso aos serviços de saneamento. Na maioria das vezes, na hora em que as prestadoras levam o serviço de coleta e tratamento de esgoto a essas localidades, não há pavimentação ou não há drenagem.

Na realidade, a população não percebe esse benefício. Ao contrário, quando chove, a população, equivocadamente, acha que vai escoar as águas de chuva retirando o tampão do poço de visita de esgoto, e acontece uma tragédia, porque



entope, o esgoto se mistura com a água da chuva e com o lixo e termina inundando a casa das pessoas.

Queria também ressaltar o programa estruturante. É uma reivindicação histórica das companhias a quantidade de recursos, inclusive do Orçamento Geral da União, de 62 milhões de reais.

Eu acho que para realmente trabalharmos com a perspectiva da qualificação do gasto público, temos que capacitar todos os agentes, os operadores, senão vamos voltar a uma situação em que, historicamente, a própria União liberava recursos, por exemplo, para a área de resíduos sólidos. Levantamento feito há pouco tempo percebeu que esses recursos foram literalmente para o lixo, exatamente pela ausência de capacitação.

Vou concluir, porque meu tempo está encerrado.

Eu anotei algumas questões, mas não vai dar tempo de abordar todas. Mas me parece que há também uma questão muito importante que deveríamos trabalhar. Existe efetivamente — é uma coisa que sempre defendi — a ideia de que, nas regiões metropolitanas, a gestão deveria ser compartilhada. O instrumento da compulsoriedade deveria ser utilizado para obrigar o conjunto de Municípios, através de implementação de regiões metropolitanas, a fazer planejamento conjunto da macrodrenagem, do saneamento como um todo. Acho que isso é de fundamental importância.

Da mesma forma, principalmente no Nordeste, nós temos grandes sistemas integrados. Agora mesmo, na Bahia, estamos indo buscar água no Rio São Francisco para a região de Guanambi. Já há sistemas, mas estão exauridos. São 280 quilômetros de adutora que atendem a 13 Municípios. Na região de Irecê, da mesma forma.

É preciso realmente considerar e trabalhar isso como se fosse efetivamente uma bacia hidrográfica e fazer o planejamento conjunto, porque o plano apresenta a necessidade do plano nacional e do plano (*ininteligível*). Então, essa coisa está solta, que é o plano estadual, em que os Estados devem trabalhar. Mas em relação ao plano regional eu acho que é fundamental que avancemos.

Utilizar o instrumento do consórcio público também é importante, mas acredito que se utilizando o próprio instrumento previsto na Constituição das regiões



metropolitanas... Possivelmente, esses Municípios serão obrigados a planejar juntos e a regular juntos. E a própria prestação dos serviços deve ser de forma integrada.

Seria isso. Peço desculpas por ultrapassar o tempo. Essas são as contribuições que eu gostaria de apresentar, parabenizando a Comissão de Desenvolvimento Urbano e o Ministério das Cidades por este evento.

Uma coisa rápida, que tem a ver com o Congresso. Acho que precisamos também repensar as emendas Parlamentares. Fizemos uma tentativa, na época em que fui secretário, de estabelecer parâmetros para que o Ministério liberasse essas emendas, porque é preciso ter funcionalidade, senão é jogar dinheiro fora. Nesta Casa, Deputado, é muito importante que os Deputados possam realmente participar do orçamento, mas também é preciso que sejam criadas condições para que esses recursos sejam efetivamente aplicados, tenham funcionalidade e tragam reais benefícios para a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Nós agradecemos ao Sr. Abelardo de Oliveira Filho, Presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, a sua brilhante participação.

Convido o Sr. Paulo Roberto de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas dos Serviços Públicos de Água e Esgoto — ABCON, a usar a palavra. O senhor tem 10 minutos para sua exposição.

O SR. PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Deputado Roberto Britto, Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, autor do requerimento que possibilitou a realização desta audiência pública da qual estamos participando.

Agradeço esta oportunidade em nome da ABCON, que congrega as empresas concessionárias privadas dos serviços públicos de água e esgoto, que estou representando como Presidente.

A visão da ABCON, das concessionárias privadas, com relação à proposta do Plano Nacional de Saneamento, pela análise feita, é a de que está contemplada de forma muito tímida a possibilidade de as empresas privadas participarem das metas de universalização do sistema de atendimento de saneamento no que diz respeito, especificamente, a água e esgoto, que é a nossa parte.



Então, queríamos agora fazer um breve comentário.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para quem não conhece a atuação da ABCON, os nossos números: a ABCON foi constituída em 1996 e o SINTERCON, o sindicato da mesma categoria patronal, em 2001, com o objetivo de promover a participação das empresas privadas no setor de água e esgoto.

Hoje temos 91 associados, sendo 67 concessionários privados, concessionários prestadores de serviços, e 24 empresas privadas.

Nos Municípios atendidos, nos quais prestamos serviços de água e esgoto, ou só de esgoto ou só de água, atendemos hoje em torno de 16 milhões de pessoas, que representam em torno de 10% da população urbana.

Estamos presentes em 177 Municípios com concessões plenas e em 37 Municípios com concessões parciais, ou seja, ou só de esgoto ou só de água.

Essa é uma visão geral, por região. Nós estamos presentes hoje basicamente em quase todos os Estados brasileiros. São 229 Municípios atendidos, onde existe a participação de empresas privadas, com a população atendida. Todos os contratos de concessões assinados montam investimentos da ordem de 8 bilhões de reais durante os seus períodos de concessão, que variam entre 20 anos, 25 anos e 30 anos. Esses são os investimentos comprometidos pelas empresas privadas durante o período dos contratos que nós temos.

Evolução da população atendida, desde quando a iniciativa privada se iniciou prestando serviço de saneamento, no ano de 1995, até o período atual.

Evolução dos investimentos. Em 2010, houve um decréscimo, até por falta de oportunidades, de novas concessões. Houve uma parada até que se tivesse... Depois da Lei nº 11.445, houve agora a regulamentação. Acreditamos que agora, com a regulamentação, com essas oportunidades, com o Plano de Saneamento e considerando que a iniciativa privada pode ser um dos agentes a trazer recursos não federais, mas que pode complementar o valor necessário, podemos estimar que a nossa participação vai ser crescente.

Alguns indicadores, tirados do SNIS, do Ministério das Cidades, da evolução dos investimentos tanto em ligações de água, feitos pelas companhias privadas prestadoras de serviço. Ligações de esgoto ao longo desse período — tudo isso



está registrado no SNIS pelas empresas; índices de tratamento de esgoto, em que a população é atendida por empresas privadas.

Uma questão que eu e o Abelardo já discutimos muito é que realmente o Governo Federal precisa rever esta questão do PIS/COFINS sobre o serviço de saneamento, constante do SNIS. Ou seja, nós já investimos 327 milhões, enquanto a tributação consumiu das empresas privadas na prestação de serviços 121 milhões. Nós pagamos 121 milhões de impostos sobre 327 milhões de investimentos feitos. Ou seja, 37% foi de carga tributária. Achamos que se isso for revertido especificamente para investimento, seguramente vai ser uma grande contribuição para realmente atingirmos esses números, esse universo que precisamos.

Dentro dessa rápida apresentação do nosso setor, chegamos a algumas conclusões que gostaríamos de apresentar.

O setor privado não é um problema, como diziam no início: “*O setor privado só quer cobrar, só quer ter lucro*”. O setor privado se apresenta hoje como uma das soluções na universalização de saneamento. Somos um parceiro facilitador dessas soluções; somos uma opção à disposição dos gestores públicos. Cabe ao gestor público, seja municipal ou estadual, definir a forma como vai ser prestado o serviço. E também nos consideramos uma alternativa para acelerar a universalização, que é o objetivo do PLANSAB.

Consideramos que no PLANSAB diversos atores são participantes, para que ele atinja os objetivos para os quais está sendo elaborado e colocado em prática.

Consideramos que ao Ministério das Cidades cabe acompanhar o cumprimento das leis do marco regulatório, ou seja, os planos municipais e estaduais de saneamento, que são obrigatórios, pela Lei nº 11.445 e pelo decreto regulamentador.

Regulamentação dos serviços, ou seja, a implantação efetiva, que os serviços sejam regulados. Trabalhar na regularização dos contratos vencidos, aqueles precários, inexistentes. Isso está estabelecido, faz parte da lei, do marco regulatório. Sabemos que hoje ainda existem diversos contratos que não foram regularizados ou que continuam precários ou vencidos. É a situação. Acho que o Ministério das Cidades tem que atuar para que essa situação se regularize.



E também divulgar que a participação do setor privado é uma possibilidade, uma alternativa para poder cumprir as metas do PLANSAB, seja através de concessões ou de qualquer tipo.

Consideramos que depois da Lei nº 11.445 foram apresentados projetos de lei e emendas à lei que procuram descaracterizar. Então, entendemos que cabe à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal evitar a descaracterização do marco regulatório, o que já foi um grande avanço, difícil de ser conseguido, mas que foi conseguido. Alguns projetos sobre fixação de tarifa, limitação de cobrança e definição de regulamentação visam descaracterizar tudo aquilo que está na Lei nº 11.445. Então, temos que impedir que se mude a lei.

Ao Ministério Público e aos Poderes Legislativos cabe fiscalizar que os planos de saneamentos sejam realistas. Não adianta fazer um plano que não seja realista, que não seja exequível, simplesmente fazer por fazer. Então, têm de ser planos que possam ser aprovados. Que a regulação seja profissional, independente, não sofra gestões políticas. A tarifa justa é o principal financiador do setor — não é, Abelardo? Reafirmando o que ele falou, a tarifa também tem que vir, tem que haver essa cobrança. O subsídio é necessário. Seja direto, indireto ou o que for, mas que ele seja transparente. E que as PPPs sejam fiscalizadas.

Aos operadores cabe buscar investimentos autossustentáveis; visão de longo prazo, com planejamento, não com obras de curto prazo, imediatistas; e parcerias, a visão dos operadores, sejam municipais, estaduais ou privados. Que se promova entre esses três entes possibilidades de parcerias.

Cabe às entidades — ONGs, movimentos sociais, trabalhadores — exigir que a política seja usada para realmente fazer saneamento, não política por política, simplesmente; que haja garantia do planejamento, da regulação e da universalização; que haja prestação de serviços de qualidade para todos; e que se coíbam obras inacabadas, como temos alguns exemplos pelo País de obras superfaturadas, inúteis, ou o uso do saneamento para se fazer política.

Quanto ao papel do setor privado, propomos um sistema misto, onde as concessionárias privadas compartilharão o setor de saneamento com os operadores públicos. Sabemos da grande carência quanto ao atendimento na demanda de abastecimento de água. E uma ampla margem de ajustes, aumento da eficiência e



da produtividade, combate ao desperdício, ao consumo clandestino e à inadimplência.

Esses são os condicionantes de uma parceria com o setor privado, com regras claras, redução de custos, estrutura tarifária, diagnóstico, plano de investimento adequado.

A concessão do serviço de água e esgoto para exploração da iniciativa privada não significa, entretanto, a retirada do setor público de sua atuação nessa área de grande demanda social. Nós não pregamos isso. Queremos justamente uma contrapartida, uma readequação que caminhe no estabelecimento de parcerias, ou seja, a soma das capacidades do Estado, mais o capital privado. Que o Estado faça o papel de gestor e de regulador onde a iniciativa privada estiver prestando serviços. Então, onde nós formos prestar serviços, que o Estado esteja junto conosco, sendo o regulador e o gestor dos serviços.

Nós prevemos que, no futuro, de acordo com o que a iniciativa tem planejado, com recursos disponíveis e capacidade de investimento, dos atuais 10%, dentro dessa universalização do serviço de saneamento no período até 20 anos, poderíamos atender, no mínimo, 30% da população urbana.

Era essa a pequena mensagem que eu gostaria de deixar aqui.

Eu agradeço, mais uma vez, Deputado, a oportunidade de estar aqui; e também agradeço ao Secretário Leodegar, que também nos convidou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Agradeço ao Dr. Paulo Roberto de Oliveira, Presidente da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas dos Serviços Públicos de Água e Esgoto — ABCON.

Convido o Dr. Eleusis Bruder di Creddo, representante da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública — ABLP, para fazer uso da palavra.

O SR. ELEUSIS BRUDER DI CREDDO - Obrigado, Deputado. Queria agradecer o honroso convite do Secretário Nacional Saneamento para que a ABLP estivesse aqui.

Para quem não conhece, a ABLP é uma instituição que tem mais de 40 anos de vida e que congrega técnicos do setor de limpeza pública, de resíduos sólidos urbanos, em geral. Ela congrega universidades, estudantes, Prefeituras, empresas



do setor, projetistas, consultores. Ou seja, é uma entidade eminentemente técnica, sem qualquer viés comercial, que busca a melhor tecnologia, o aprimoramento do gerenciamento dos resíduos no País.

É nesse sentido que eu estou aqui presente hoje, para trazer a colaboração dos nossos associados a este processo extremamente importante do PLANSAB no componente resíduos sólidos.

Vou ater-me ao componente resíduos sólidos, que é a nossa especialidade, trazendo aqui um pouco do que lemos e algumas sugestões que, se me permitem, eu gostaria de fazer para agregar alguma coisa ao plano.

Quero desde já fazer um elogio às universidades que o elaboraram pela competência. Realmente é um plano muito bem elaborado, detalhado. As sugestões que vou fazer são acessórias e, acredito, ainda agregarão muita coisa ao plano.

O PLANSAB tem muita sinergia com o que pensa a ABLP. Defende, por exemplo, o consórcio regional de Municípios para equação da destinação final. Essa, para nós, é uma premissa básica para conseguirmos resolver o problema dos lixões do País. É a solução através de aterros regionais, onde Municípios, num raio de 60, 70 quilômetros, possam destinar todos os seus resíduos no mesmo local.

O PLANSAB também tem alta consonância com o que pensamos na questão da taxa para sustentação econômica do serviço. Defendemos que um serviço só vai poder ter inovação, só vai poder atender adequadamente a população se tiver suporte econômico.

Percebemos no PLANSAB que existe essa preocupação, tanto que existe até um indicador nesse plano: porcentagem de Municípios que implementarão um sistema de cobrança de taxas para os municípios. Para nós, isso é extremamente importante.

Outra coisa que temos consonância com o PLANSAB é que ele direciona e sugere uma viabilização cada vez maior das PPPs — Parcerias Público-Privadas. Nós fazemos coro às palavras do Dr. Paulo Roberto. Acreditamos que a iniciativa privada tem um papel importantíssimo no sentido de acelerar essa universalização também na questão dos resíduos sólidos. Sabemos que existe uma deficiência muito grande de gestão por parte das Prefeituras e a iniciativa privada pode entrar para ajudar a resolver esse problema.



Nós temos algumas sugestões que visam trazer alguns aspectos novos ao PLANSAB. Não sei se ainda é possível, mas sugeriríamos acrescentar mais um indicador. Na questão dos resíduos, são cinco indicadores. Achemos interessante sugerir um sexto, que seria uma medição da eficácia da taxa em cobrir a real despesa que os Municípios efetuam.

A ABLP e a SELUR contrataram a PricewaterhouseCopers em São Paulo. Fizemos uma pesquisa que detectou que a maioria dos Municípios brasileiros não cobra taxa — está marcado 11% em 2008. Mas os que cobram taxas, cobram aquém das reais necessidades para fazer frente aos custos dos serviços.

Hoje, no Brasil, mais ou menos 88 reais por habitante/ano seria a taxa adequada frente ao sistema atual, sem considerar investimentos. E a média atual de cobrança é 33 reais por habitante/ano. Então, existe hoje uma defasagem muito grande na taxa. Esse sexto indicador que proponho tentaria aquilatar a percentagem da despesa real do Município que está sendo coberta pela taxa. O ideal é que sejam 100% ou mais.

Fazemos outra sugestão na universalização dos serviços. Os senhores viram, pelas metas, que a erradicação dos lixões é drástica, ou seja, em 2015 tem que ser zero o número de lixões. Nesse sentido, entregamos ao Ministério das Cidades e ao Ministério do Meio Ambiente uma proposta de uma solução, através de PPPs, que com 2 bilhões de reais conseguiríamos implantar 500 aterros regionais no Brasil e assim erradicarmos os lixões até 2014. Isso seria viável através de uma PPP, em que o Governo entraria com esses 2 bilhões, comprando terreno, licenciando área, implantando uma célula que permitisse a operação por 5 anos. A operação seria feita via iniciativa privada, numa PPP, por 20 anos. O operador, além dessa operação, seria responsável por todos os outros investimentos necessários, sendo remunerado por tarifa cobrada dos municípios.

Já fizemos essa modelagem econômica. A tarifa é palatável a todos os Municípios brasileiros, inclusive aos que têm abaixo de 50 mil habitantes. Há uma grande preocupação em que se atenda a todos os Municípios.

Essa proposta da ABLP permitiria a erradicação de todos os lixões do Brasil até 2014, com um aporte de 2 bilhões de reais nesses aterros regionais.



Em resumo, era basicamente isso o que queria dizer. Agradeço a oportunidade de falar e de contribuir com processo tão importante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Agradeço ao Dr. Eleusis Bruder di Creddo, representante da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública — ABLP, a brilhante exposição.

Comunico aos senhores presentes que um número muito grande de internautas estão conectados à rede, mas, infelizmente, não está sendo possível a participação de todos. De qualquer maneira, agradecemos a participação, mesmo que indireta, de todos aqueles que estão interligados à rede pelo Interlegis.

Passo a palavra ao Sr. Roberto Vieira da Silva, Diretor-Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais — ABRELPE. O senhor dispõe de 10 minutos.

O SR. CARLOS ROBERTO VIEIRA DA SILVA FILHO - Muito boa tarde. Primeiramente, gostaria de agradecer o honroso convite que nos foi formulado pelo Secretário Leodegar e dizer que é uma satisfação estar nesta audiência pública conjunta do Ministério das Cidades e da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados.

Gostaria também de agradecer ao Deputado Roberto Britto, autor do requerimento, e aos colegas diretores das entidades e associações representativas atuantes no setor de saneamento que, juntamente com a ABRELPE, vêm há tanto tempo tentando trilhar um caminho para realmente evoluir nesse setor que é fundamental para a qualidade de vida do nosso País.

A ABRELPE é uma associação que congrega as empresas do setor de resíduos sólidos, uma associação fundada em 1976, que hoje tem 52 empresas associadas, atuando em todo o território nacional, e que acompanha esse tema do saneamento, da gestão dos resíduos, desde o seu nascedouro, como já foi colocado aqui, na fundação do Ministério das Cidades, e até hoje vem desempenhando esse papel de uma maneira bastante ativa.

No desempenho desse papel, no cumprimento da nossa missão, desde 2003, a ABRELPE edita e publica o *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil*, um



documento que traz as informações mais atualizadas e mais abrangentes sobre a situação do setor de resíduos no País.

A última edição do *Panorama* foi lançada agora, no dia 26 de abril passado, com os dados do ano de 2010, e realmente apresentou um quadro do setor no qual nós podemos visualizar qual é realmente o desafio para esse setor agora, com a vigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Para os senhores terem uma ideia, no ano de 2010, no Brasil, foram gerados 61 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos, o que representou um crescimento de aproximadamente 7% em relação ao ano de 2008. Esse crescimento pode ser dimensionado se nós verificarmos que, no mesmo período, de um ano, o crescimento populacional foi pouco maior que 1%. Ou seja, em 12 meses, o brasileiro acabou gerando mais resíduos sólidos. E, desse total de 61 milhões de toneladas que foram geradas, em 2010, nós tivemos uma coleta pouco maior de 54 milhões de toneladas. Ou seja, praticamente 7 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos ficaram sem coleta no País, no ano de 2010. Isso representa cerca de 11% do total gerado.

Daquilo que foi coletado, ou dos 54 milhões de toneladas de resíduos urbanos coletadas, 57% teve destino adequado, em aterros sanitários. Hoje, no Brasil, praticamente, a destinação adequada de resíduos sólidos é o aterro sanitário. Não temos outras formas de destinação que realmente possam ser consideradas, percentualmente, como adequadas no País, e tivemos, então, 43% com destinação inadequada, o equivalente a 23 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos.

Esse é, praticamente, o cenário de geração, coleta e destinação de resíduos sólidos, que nos apresenta um desafio bastante grande de universalização. Se nós formos contabilizar essa parcela que não teve coleta e que, portanto, teve destinação inadequada, mais a parcela com destinação inadequada, nós partiremos de um déficit de 30 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos que precisam realmente de uma medida bastante eficiente para a sua adequação, em termos de não causarem os impactos indesejáveis que vêm causando no meio ambiente.

Alem disso, há, na parcela que hoje tem destinação adequada, a questão das unidades que já estão em fim de vida útil e que precisam ser substituídas por novas unidades.



Esse cenário é agravado pela ausência de iniciativas e de ações de coleta seletiva nos Municípios, pois, justamente nessa pesquisa de 2010, se constatou que em cerca de 2.400 Municípios brasileiros não há nenhum tipo de iniciativa de coleta seletiva.

Esse quadro, então, precisa ser alocado, ele precisa estar inserido na Política Nacional de Resíduos Sólidos, sancionada em agosto de 2010 e regulamentada em dezembro e que muda completamente a sistemática até então adotada. Ela vem quebrar o paradigma da atuação histórica no País e implementar uma nova forma de gestão dos resíduos sólidos, um novo olhar sobre a gestão dos resíduos sólidos, impactando principal e diretamente os Municípios.

Nesse ponto, eu levanto basicamente a questão de que a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece, a partir de agora, uma diferenciação entre resíduo e rejeito, determinando que, na vigência da lei, e, para os Municípios, a partir de 2014, apenas os rejeitos sejam encaminhados para a disposição no solo, ou seja, para os aterros sanitários. Ainda segundo a Política Nacional, os resíduos sólidos devem receber tratamento, ou seja, dessa parcela de 61 milhões de toneladas/ano, que tende a crescer nesse período, aqueles materiais descartados que tenham alguma possibilidade de recuperação, de reciclagem, de aproveitamento, devem ser submetidos a esses processos, antes da sua disposição no solo.

A lei também estabelece a obrigatoriedade de uma ordem de prioridade de ações na gestão e no gerenciamento de resíduos e cria uma hierarquia na gestão, que começa com a redução, passa pela reutilização, pela reciclagem, pelo tratamento, aí incluindo a recuperação desse resíduo sólido e só então a disposição no solo. Realmente, a lei estabelece uma responsabilidade compartilhada entre os atores.

Então, esse é o cenário que nós temos hoje para trabalhar.

Trazendo tudo isso para o Plano Nacional de Saneamento Básico, que se constituiu efetivamente o primeiro documento do País, o primeiro documento de âmbito nacional que prevê as metas, que prevê trilha ou caminho para a evolução nesse setor, nós entendemos que houve um subdimensionamento ou uma subavaliação do componente resíduo sólido nessa proposta, nessa minuta que será submetida a consulta pública. Do montante total previsto para a universalização,



menos de 4% está direcionado para o setor de resíduos sólidos, e, no nosso entender, esse montante não será efetivamente suficiente para proporcionar essa universalização e, mais, para proporcionar a universalização nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que precisa efetivamente estar incorporada ao Plano.

Gostaríamos de destacar que, a partir de um estudo que a ABRELPE fez em novembro de 2010, com uma consultoria jurídica, se entendeu que, justamente para cumprir o que determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos, não há outro caminho que não a parceria público-privada, não há outro caminho que não a participação privada nos investimentos que se farão necessários à assunção desse ônus em conjunto com o poder público, uma vez que as outras formas de contratação ou de execução dos serviços permitidas pela Constituição, pela Lei de Licitações, pela lei da simples concessão não vão suprir todas essas necessidades de investimentos.

E o terceiro ponto que realmente, no nosso entender, nesse tripé fundamental, também precisaria estar contemplado no Plano Nacional de Saneamento, o que também foi dito de maneira bastante enfática pelo Dr. Abelardo e pelo Dr. Paulo Roberto, que me antecederam, é a desoneração tributária do setor. A tributação do setor de saneamento, em especial do setor de limpeza urbana, é uma tributação bastante elevada, que beira a casa dos 40% e, com isso, corrói uma grande parcela de recursos que poderiam estar aplicados para a universalização e o aprimoramento do setor e acaba numa remuneração tributária.

Com isso, encerro a minha participação. Parabenizo o Ministério das Cidades, na pessoa do Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, pela coordenação desse processo. Entendemos que é um momento histórico, é um processo histórico do qual estamos participando.

Parabenizo também a Comissão de Desenvolvimento Urbano pela iniciativa da realização desta audiência pública e desde logo reitero o comprometimento da ABRELPE para o aprimoramento da proposta e para que realmente possamos, neste período de 20 anos, vivenciar os avanços necessários do nosso setor.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Agradeço ao Dr. Roberto Vieira da Silva, Diretor da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais — ABRELPE, a sua brilhante exposição.

Convido o Dr. Vidal Barbosa da Silva, da União Nacional por Moradia Popular, membro do Conselho das Cidades e representante dos Movimentos Populares. O senhor dispõe de 10 minutos.

O SR. VIDAL BARBOSA DA SILVA - Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar os Deputados e as Deputadas presentes, os meus colegas de conselho — Ana Lia, Marcos Landa, Marta, enfim, todos os que aqui se encontram. Saúdo o Secretário Leodegar, que se esforçou para que esta audiência pública acontecesse; o Deputado Roberto Britto, pela iniciativa de convocar esta audiência para discutir tema tão importante e relevante, já que esse plano de saneamento vem trazer qualidade de vida e melhorias para a população brasileira. Saúdo a equipe do Secretário Leodegar, através de sua diretora, Viviane, por meio de quem saúdo todos os outros que fazem parte dessa equipe que tem trabalhado exaustivamente para que o plano aconteça. Saúdo o Prof. Léo, com quem tivemos uma longa caminhada, desde o início, quando foram convocadas as universidades para participar e dar a sua contribuição para o plano de saneamento. Enfim, saúdo todos os que aqui têm contribuído de uma forma ou de outra.

A União por Moradia e as quatro entidades do movimento popular que compõem o Conselho das Cidades têm uma preocupação com o saneamento. Acompanhamos essa discussão desde o começo da lei, quando o meu amigo Abelardo ainda era secretário. Participamos de todas as discussões e desse pacto que tornou possível fazer a Lei de Saneamento.

O Brasil estava carente há muitos anos de um marco regulatório que tratasse do saneamento. Ouvei muitas vezes o Abelardo dizer da importância de cada centavo investido no saneamento, pois resultaria em economia de muitos reais em saúde. Nós também compreendemos desse jeito.

Nós atuamos na área de moradia, mas não há moradia digna sem saneamento. E saneamento dentro da visão de água, esgoto tratado, coleta de resíduos sólidos e drenagem. Não adianta construir casas sem esses componentes; caso contrário, em poucos dias teremos casas alagadas, como vemos a cada dia



nas manchetes deste País. E o resultado são postos de saúde lotados de crianças doentes e idosos.

Então, nós queremos dizer da nossa satisfação pela aprovação da lei, do decreto que regulamenta a lei, que foi um esforço do Conselho das Cidades e empenho pessoal do Secretário, que foi conosco até a Presidência da República para agilizar o decreto que regulamentava essa lei. E, agora, o empenho que tem sido a construção desse plano.

A nossa satisfação maior é ver que o plano traz uma coisa que representa o anseio do movimento popular e social: o controle social. Não adianta termos bons planos e bons investimentos, senão soubermos o quanto é aplicado, se aquela tarifa realmente é justa, se a população que está sendo beneficiada pode pagar.

Nós não defendemos que as pessoas não paguem, mas que paguem somente as pessoas que podem pagar. Para quem não pode pagar, o Governo tem de subsidiar, e o plano traz isso. O Governo subsidia a tarifa da população que não pode pagar, mas que também precisa ter acesso, porque água é vida, e, sem água, sem esgoto, sem coletas e drenagens, nós sabemos, são grandes as dificuldades por que passa a nossa população brasileira.

Então, ficamos felizes quando o plano trata desses assuntos, trata do controle social e da regulamentação da tarifa, para que as pessoas saibam o que e por que estão pagando.

Outra coisa que acho interessante no plano, uma das nossas grandes preocupações e que tem sido abordada com bastante ênfase são as perdas. Estamos gastando e jogando fora. O nosso dinheiro está indo para o lixo do lixo. No Brasil, há vários exemplos de aterros sanitários que viraram lixões em muito pouco tempo, porque faltou manutenção. Então, é bom quando há o controle, porque aí passamos a saber onde está sendo colocando o dinheiro público, que é de todos nós, é da sociedade brasileira.

É interessante saber que água está sendo oferecida na sua casa, qual a sua qualidade e que preço pagamos por ela, sabendo que aquele investimento não está sendo jogado fora, não está havendo perdas.

Então, é muito interessante essa abordagem do aproveitamento das nossas águas, porque, a cada dia que passa, estamos ouvindo que vamos ficar sem água



dentro dos próximos 50 a 60 anos. Ainda outro dia, vi uma matéria dizendo que nos próximos 60 anos a água vai ser racionada e será um dos produtos mais caros.

Mas ainda há tempo. E esse plano, que vem superar essa lacuna de quase 30 anos sem investimento e sem planejamento, chega na hora certa, para que possamos fazer, de fato, com que as novas gerações, os nossos filhos e netos que vão nos suceder, tenham qualidade de vida e segurança do prosseguimento da vida neste planeta tão bom, a Terra.

Então, queremos parabenizar a todos, dizendo que o Conselho das Cidades e o Movimento Popular vão continuar acompanhando o plano desde a saída da Presidência da República, sancionado pela Presidente Dilma, até a aplicação nos Municípios e a execução das obras.

Muito obrigado.

Esperamos revê-los em outro momento do saneamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Quero agradecer ao Dr. Vital Barbosa da Silva, da União Nacional por Moradia Popular e Conselheiro das Cidades — Segmento Movimento Popular, pela sua brilhante exposição.

Agora, quero convidar o penúltimo orador da nossa audiência pública, o Dr. Marcos Antônio Landa de Souza, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e Conselheiro das Cidades — Segmento Movimento Popular. S.Sa. dispõe de 10 minutos para sua exposição.

O SR. MARCOS ANTÔNIO LANDA DE SOUZA - Boa tarde a todos e a todas.

Não sou doutor, sou da luta política sim, mas não tenho nenhuma doutrina acadêmica ainda, pretendo ter.

Quero saudar o Deputado Roberto Britto pela iniciativa; o Sr. Leodegar Tiscoski — que nome difícil! — e toda a nossa equipe do Ministério das Cidades. Digo nossa, porque somos conselheiros. Quero saudar também o Prof. Léo Heller, nosso companheiro de Belo Horizonte, e sua equipe da academia das universidades de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de Salvador e todas as companheiras e companheiros do Conselho Nacional que estão aqui.

Quero começar dizendo que a nossa abordagem, na condição de representante do movimento popular, é mais uma abordagem política.



Em relação ao que foi apresentado aqui, há várias coisas com as quais concordamos, mas com algumas temos discordância. Podemos, no debate, mais à frente, ir afinando a viola, como dizemos em Minas Gerais.

Mas a proposta do Plano Nacional de Saneamento vem dizer que é necessário — isso na nossa visão — reafirmar o saneamento ambiental e o saneamento básico como função social ambiental da cidade e como princípio constitucional. Essa é uma visão que os quatro movimentos têm. Por isso, digo que é uma abordagem política. E o Plano apresenta algumas questões que precisam ser aprofundadas e que são importantes, mas não dá tempo aqui de mencioná-las.

Primeiro, ele apresenta, por exemplo, a questão da função normativa dos princípios. Ele trata também dos princípios fundamentais. Ele trata da repartição de competência da matéria urbanística que tem que estar “lincada” com a questão do saneamento. Ele traz para a sua discussão na sociedade a obrigatoriedade do planejamento participativo. Isso foi muito enfatizado na fala do Ernani e nos outros seminários nossos que acompanhamos, no tocante à questão do planejamento.

E nós queríamos ampliar isso, trazer algumas palavras-chaves, que acreditamos têm de estar contidas também dentro dos fundamentos do Plano Nacional de Saneamento e que têm de estar “lincadas”. Um deles seria o direito urbanístico. Não há como fazer Plano Nacional de Saneamento, planos nacionais e municipais sem que também esteja “lincado” com o direito urbanístico, com o direito ambiental, com os princípios constitucionais, com a função social do saneamento e ambiental da cidade e com o controle social, que foi muito abordado aqui. E temos enfatizado isso no Brasil todo. Nós temos avançado na elaboração política de planos, de projetos e de leis, mas ainda não conseguimos avançar na questão do controle social e da participação.

Controle social, para nós, significa dizer onde serão investidos os recursos, em que lugar vai ser aplicado o saneamento, para que não haja obras faraônicas, como assistimos, nos últimos 50 anos, com dinheiro sendo enterrado em obras intermináveis. Então, o controle social, para nós, significa a nossa participação efetiva na gestão da cidade.



Portanto, saneamento, para nós, não pode ser visto apenas mais como uma função social, nem também como mais uma política pública a ser colocada. Para nós, está acima disso, é um direito humano fundamental à vida e à cidade.

Tenho convicção de que o saneamento básico passa a ser também direito humano, ele tem de ser encarado como direito humano, para que isso saia só da política e ganhe, na sociedade civil, um bojo maior.

Uma outra questão que apresentamos é que estamos conseguindo quebrar alguns paradigmas. Eu sou novo na militância do saneamento, tenho apenas 8 anos, a minha praia é habitação, são 41 anos nessa área. Repito: minha atuação na área hoje do saneamento é de 8 anos. Sou novato ainda, mas entendo que, sem participação popular, sem a questão do controle social, ficamos meio preocupados, sem saber se realmente, lá na ponta, isso vai acontecer. Estou dizendo isso porque sou de Minas Gerais, tenho acompanhado algumas Prefeituras e me assusta a posição de algumas delas — e não só de Minas, pois isso também deve repercutir em outros Estados —, onde alguns planos para cumprir a Lei nº 11.445 estão sendo feitos por empresas, sem a participação popular e com questões que eu considero criminosas. Isso tem de ser colocado no debate.

Na semana passada, em Santa Catarina e em Florianópolis, eu dizia aos Prefeitos para não terem medo de governar conosco, com o movimento popular, porque é melhor errar coletivamente do que errar sozinho. Faço o mesmo apelo aqui, aos Deputados desta Casa, que têm de ir aos Municípios dos seus Estados reforçar a necessidade de os planos municipais e estaduais terem a participação popular, sem medo nenhum. Não queremos aqui fazer terrorismo social, queremos apenas contribuir com a nossa visão.

E uma questão que está clara para nós e que é importante ser abordada neste debate é a capacitação. O Plano Nacional de Saneamento, essa ousadia que o Governo faz por intermédio do Ministério das Cidades, pressupõe que o saneamento não pode ser coisa só de técnicos e de acadêmicos. Nós temos de capacitar lá na ponta os gestores, o público que vai elaborar os planos municipais de saneamento. Nós temos de capacitar os nossos conselheiros municipais, os nossos conselheiros estaduais, os coordenadores de associações de moradores, o público que realmente vai sentir de fato a questão do saneamento.



Eu até ousaria dizer o seguinte: seria interessante que a Presidente Dilma colocasse na grade curricular dos alunos que estão hoje nas escolas a importância de se discutir saneamento e habitação, porque essas coisas têm de vir lá da base. É muito comum, nós, que temos uma experiência no movimento popular, lidarmos com crianças. Quando se quer atingir o pai, basta apresentar para as crianças algumas questões, porque elas vão lá e começam a futucar o pai.

Então, Deputado, ousou dizer que a questão do saneamento e da habitação deveria estar na grade da política educacional deste País, para que as crianças comessem a entender do assunto desde pequeninhas e não ficassem como eu, que só aos cinquenta e poucos anos começou a entender de saneamento — vou fazer agora 61. Se isso estivesse na nossa grade curricular, com certeza hoje teríamos um saneamento mais avançado. É um desafio que estamos propondo aqui para que possamos ter isso, de conversar com a própria Presidente, com o Ministro da Educação para — quem sabe? — colocarmos isso na grade curricular. Essa é uma questão de educação ambiental, de educação de saneamento, e só se pode controlar, e aqui também reforço o que eu falei em Florianópolis, aquilo que nós conhecemos.

Então, voltando à questão da capacitação popular, como é que nós vamos exercer capacitação daquilo que não conhecemos? Estou falando do Segmento Popular que hoje está no Ministério das Cidades, na Câmara Temática de Saneamento, mas não tínhamos uma visão de saneamento. Nos meus 41 anos de habitação, só agora, com 8 anos de Ministério das Cidades, é que estou começando a entender um pouco de saneamento. E nós, dos movimentos que compõem o Conselho, dissemos: *“Não há como fazer habitação sem saneamento”*, uma coisa tem que ser “lincada” com a outra.

É nesse sentido que damos a devida importância que tem o saneamento hoje para nós que atuamos na área de habitação, de reforma urbana e das cidades.

Então, queria chamar a atenção, mais uma vez, dos Deputados aqui presentes. Eu fiz questão de fazer um levantamento de quantos membros há nesta Comissão — senão me engano, 18 titulares e 18 suplentes. E, aí, Deputado, com toda a fraternidade, vou falar a mesma coisa que eu disse na Bahia. Estavam lá presentes 51 Deputados Estaduais, mas, na hora de fazer a discussão política do



saneamento, só restou uma Deputada: a que estava presidindo à Mesa. Depois, veio o filho do próprio Ministro, que também estava lá, porque foi ele quem chamou a audiência da Câmara. Na hora de fazer o debate político, sumiram os Deputados, e fizeram um balcão político em Salvador de campanha eleitoral em cima do saneamento.

Então, estranha-me — e essa é a minha angústia — quando vejo que para um tema tão importante como esse, de 36 Deputados, só estejam aqui o senhor e o Presidente que abriu a reunião.

Acho que isso tem de ser levado para a reflexão da Comissão, porque os senhores são os porta-vozes das nossas angústias nesta Casa. Esses Deputados têm de estar “lincados” com isso — e aqui termino — para, na ponta, nos Estados e Municípios, nos ajudarem a fazer com que Governadores e Prefeitos realmente elaborem planos municipais e estaduais de saneamento com a participação do controle social, sem medo de que o Movimento Popular queira implodir o Governo ou criar oposição.

Essa é a nossa leitura.

Agradeço à Comissão o convite para participar deste evento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Nós agradecemos ao Sr. Marcos Antonio Landa de Souza, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, e Conselheiro das Cidades — Segmento Movimento Popular.

Vou convidar a última participante, a Sra. Cacilda Teixeira de Carvalho, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, ABES, para falar, por até 10 minutos.

A SRA. CACILDA TEIXEIRA DE CARVALHO - Muito boa tarde — já quase boa noite — a todos.

Quero agradecer ao Presidente da Comissão, Deputado Roberto Britto; ao Secretário Nacional de Saneamento, nosso amigo já de 4 anos no setor — S.Sa entrou em 2007, quando assumiu a Secretaria Nacional do Saneamento —, e também ao recém-empossado Presidente da FUNASA, amigo de longa data, Gilson Carvalho, Presidente do CREA de Minas Gerais, o convite.

Primeiro, em nome da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, quero cumprimentar o grupo de professores que fez esse trabalho



coordenado pela Ana, pelo Léo e pelo Moraes, que não está aqui, enfim, esse grupo que fez esse esforço, porque sabemos da dificuldade que é reunir dados, atualizá-los e consistir propostas.

A ABES, para quem não sabe, completou 45 anos de existência. É a mais antiga entidade do setor de saneamento do Brasil e teve a oportunidade de participar da história do saneamento brasileiro. Quando, no final dos anos 60, foi criado o Plano Nacional de Saneamento, o PLANASA, a ABES, na pessoa de seu ex-Presidente Rego Monteiro, já falecido, teve uma participação extremamente importante na sua elaboração.

Esse plano, que durou 15 anos — foi de 1970 a 1985 —, teve a capacidade de aumentar de 30% para 70% o atendimento de água da população urbana brasileira, no momento em que a população urbana brasileira crescia de forma muito forte.

No 13º Congresso da ABES, realizado em Maceió, em setembro de 1985 — e estou vendo aqui algumas poucas pessoas que estavam presentes a esse congresso, o primeiro grande fórum que fizemos e que ocorreu poucos meses depois do fim do BNH e do PLANASA — discutimos qual seria o endereço do setor do saneamento.

Nós passamos, Sr. Deputado, 21 anos nessa discussão. Discutimos, primeiro, na segunda metade dos anos 80, se o saneamento devia ser feito pelo Estado ou pelo Município. Depois, nos anos 90, esse foco mudou: se era público ou privado, se o privado podia ou não participar.

Na minha opinião, na condição de Presidente da ABES, acredito que perdemos muito tempo nessa discussão, que é importante em todo o processo de redemocratização de qualquer país, como foi no nosso caso, nos anos 80.

Nós, da ABES, já nessa época, participávamos de um grupo que disse que a discussão estava sem foco, pois não era público ou privado, Estado ou Município, brasileiro ou brasileira, mas qualquer pessoa do planeta Terra. Afinal, todos querem o melhor serviço com o menor custo. Isso é mais ou menos o óbvio. Não importa quem está fornecendo, desde que tenha o melhor serviço e o menor custo. Essa é a ansiedade de todo ser humano.



Agora, nesse momento em que a discussão não andava e que as leis vinham e, ora eram vetadas, ora outro projeto de lei fundia-se num terceiro, num quarto, num quinto, num décimo, depois desses tantos anos de discussão, nós, dentro da ABES, falamos o seguinte, ainda nos anos 90, a esse grupo de pessoas: vamos criar uma ferramenta que ajude as empresas, sejam estaduais, municipais, públicas ou privadas, a melhorar o seu sistema de gestão — e o fizemos. Isso, há 15 anos, e a ferramenta existente no setor é um sucesso que nenhum de nós imaginava que fosse.

Eu, na condição de Presidente de uma associação que tem 26 associações estaduais mais a distrital, percorro todo este País e vejo a enorme diferença — aliás, há tempos, um brasileiro disse que vivíamos na “Belíndia” — que há entre as empresas de saneamento e os serviços de saneamento. É enorme a discrepância. Temos empresas com padrões de gestão e de atendimento que podem ser comparados aos de grandes empresas do mundo e empresas que estão completamente esfaceladas.

Então, neste momento, entendemos que é importante um plano como esse, que é um estudo profundo, benfeito e que, no seu bojo, ou na sequência, traz algumas ferramentas.

O PLANASA foi muito claro. Ele criou as companhias estaduais de saneamento, os fundos estaduais de água e esgoto e o subsídio cruzado. Ele falou “*é para fazer assim; quem faz é você, o dinheiro está aqui, e a manutenção se dá lá*”. Isso foi naquela época. Houve seus problemas? Houve. Como tudo o que foi feito nos anos 60, foi um plano autoritário, de cima para baixo, excludente de Municípios. Mas, com certeza, ele conseguiu, em 15 anos, fazer o que pouquíssimos lugares do mundo conseguiram.

Hoje, vemos países da Europa, do Sudeste Asiático e da própria Ásia retomando modelos muito parecidos, juntando empresas pequenas em aglomerados, para conseguir economia de escala.

Se dermos uma olhada, então, num passado recente, pensando no que aconteceu nos últimos anos, já com a nossa lei estabelecida, veremos que o crescimento do investimento, o desembolso, deu-se numa escala geométrica, mas o atendimento, Deputado — e é só olhar a Pesquisa Nacional por Amostra de



Domicílio, o Censo e os próprios dados colocados no trabalho —, foi extremamente baixo. Como quadruplicamos investimentos, e esse aumento praticamente não se faz sentir? Há alguma coisa acontecendo. Fora desse palco da discussão, onde está o atendimento, algo está acontecendo. A PNAD, nos últimos anos, está mostrando 2% de crescimento.

Nós, então, da ABES, achamos que, neste momento, há três pontos nevrálgicos que devem ser abordados, se não dentro do plano, num segundo momento. O primeiro deles é a forma de contratação. Diferentemente do sistema de telefonia ou de energia elétrica, nós contratamos hoje no serviço de saneamento — e eu falo, nós, porque trabalho numa empresa há 31 anos —, todo mundo faz como nossos pais, como há 50 anos. Contrata-se um projetinho para fazer o básico, depois o executivo, depois os equipamentos, depois a obra, a fiscalização da obra, e, Deputado, com menos de 4 anos, não se consegue fazer uma pequena estação de tratamento de esgoto. Dinheiro algum no mundo conseguirá promover esse pulo se continuarmos fazendo assim.

Nós, da ABES, temos falado, visto, viajado, levado gente. Portugal e Espanha acabaram de fazer muito recentemente, há 15 anos, projetos em que se contrata a solução. Quando a pessoa quer um telefone, compra o telefone mais adequado a ela — um, se gosta mais de ver *e-mail*; outro, se quer só falar no telefone ou acessar à Internet. Se eu preciso de uma estação de tratamento de esgoto, eu tenho que comprar uma estação de tratamento de esgoto para tratar tal volume em tal condição e com tal eficiência. É isso o que tenho que fazer. E cobrar da iniciativa privada, sim, uma parceria de fato para receber isso depois que estiver pronto, comprovado e com eficiência. Dessa forma, faz-se muito mais rápido. Eu não estou inventando. O mundo inteiro está fazendo assim. Todo o mundo está fazendo assim. É só dar uma olhada para fora.

Nós vamos ter agora o maior evento do setor — e todos estão convidados —, de 25 a 29 de setembro, em Porto Alegre, e lá diversas dessas experiências vão estar sendo mostradas.

O outro calcanhar de que já se falou aqui, eu não vou abordar, é a desoneração fiscal.



E o terceiro problema é a gestão. Não é possível nesse Plano — e aí nós achamos que tem de estar dentro do PLANSAB — falar em melhoria de gestão de saneamento, sem falar na principal ferramenta que existe no setor de saneamento. É fácil conhecer. A pessoa não estando na linha de frente, não estando na execução do saneamento, às vezes, não conhece, mas é fácil conhecer. As principais empresas do Brasil estão trabalhando com ela e estão fazendo essa diferença, sejam municipais, estaduais, públicas ou privadas, porque é absolutamente aberto.

E nós achamos que o jeito de fazer isso, Deputado, é realizar um grande pacto pelo saneamento. Para contratar a solução, não basta um gerente, um presidente de uma empresa querer fazer isso. É uma revolução dentro do setor. Nós precisamos que os órgãos de financiamento — a Caixa, o BNDES — estejam sentados junto com o Ministério das Cidades, junto com os agentes de saneamento, que são as empresa estaduais, públicas e privadas deste País, e junto com o Ministério Público, para pensar como vai ser essa modalidade de contratação.

Não é nada daquilo com que nós estamos acostumados. É uma coisa nova, em que nós temos de pensar. Como a telefonia se revolucionou há 20 anos, a energia elétrica vem trabalhando mudança. E, se nós não batalharmos a forma de contratação — e eu vou terminar a minha intervenção falando exatamente nisso —, nós não vamos universalizar o saneamento em 20 anos.

Na sequência que vai, isso só ocorrerá em 2065. No ritmo que vai, ninguém vai universalizar em 20 anos. Agora, com a proposta da ABES, é possível universalizar num tempo muito menor. É possível termos água — e eu estou falando em água e esgoto. Eu não me detive nos quatro pilares, em drenagem e lixo. Eu me detive em água e esgoto.

É possível universalizar o saneamento nos próximos dez anos, se nós ousarmos e se tocarmos na ferida. Senão fizermos isso, vai ser mais um estudo, vai ser mais um plano, vai ser mais um trabalho, fruto de muito esforço e muito benfeito, mas que não vai servir para fazer a transformação de que o setor e todos os brasileiros precisam, que é ter o seu serviço de saneamento universalizado nos próximos anos.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Eu quero registrar que a audiência pública de hoje teve o objetivo de apresentar e debater a proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico. As sugestões e emendas ao texto deverão ser oficialmente apresentadas durante a consulta pública, por meio da Internet, no *site* do Ministério das Cidades.

Eu quero agradecer a todos a presença e dizer que é possível nós realizarmos não somente o Plano, mas também a sua execução. Existe o desejo político, existe o desejo das comunidades e existe a preocupação de todos quanto a esse processo de erradicação e de retirada das ruas do resíduo líquido, no caso, o esgoto.

Nós não podemos erradicar a pobreza sem retirar o esgoto das ruas e não teremos qualidade de vida se nós não retirarmos os esgotos da rua — e isso em todas as comunidades deste País.

Então, é preciso que nós, brasileiros, tenhamos consciência plena da importância e da necessidade da execução desse Plano Nacional de Saneamento Básico. E temos certeza de que isso vai acontecer.

Eu tenho a honra também de ser Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, e estou com uma emenda — e isso serve para o Leodegar — à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para que tenhamos um aumento no valor das emendas parlamentares. Esse aumento será destinado para as obras do PAC, especialmente de saneamento, porque os Deputados conhecem especificamente os problemas dos Municípios do Brasil. Aqui, temos Deputados de todos os matizes, Deputados que conhecem a realidade dos Municípios que representamos.

Com esse objetivo e com essa preocupação é que quero dar essa colaboração na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que, posteriormente, vai para o Orçamento da União. Com isso, quero contribuir, como disse muito bem aqui a Dra. Cacilda, para que nós possamos, em vez de em 20 anos, transformarmos isso em 10 anos.

É a certeza de que teremos um Brasil cada vez melhor e cada vez mais para a frente.



Pergunto ao Leodegar se deseja falar mais alguma coisa? (Pausa.) Não está no *script*, mas vou passar a palavra para que ele possa fazer uma conclusão.

Com a palavra, então, o Sr. Leodegar Tiscoski, por até 5 minutos, para terminar.

O SR. LEODEGAR TISCOSKI - Presidente, eu não poderia deixar de agradecer à Comissão de Desenvolvimento Urbano, na pessoa do seu Presidente, agora representado por V.Exa., Deputado Roberto Britto, e dizer que estamos dando mais um passo fundamental para a concretização do nosso Plano.

Na sexta-feira, dia 20, nós vamos ter a rodada final, lá no auditório do Ministério das Cidades, onde realizaremos mais uma audiência pública exclusivamente para debate. Portanto, para aqueles que quiserem participar, os presentes aqui e os internautas, quero dizer que será a rodada final, para que, então, comecemos a apresentação das propostas.

O prazo para entrega das propostas, como já foi dito, se encerra no dia 11, e precisamos que essas contribuições venham e que possamos aperfeiçoar esse documento.

Como disse a Presidenta da ABES, a Dra, Cacilda, se nós pudéssemos montar uma proposta para universalizar em 5 ou 10 anos, quem sabe daqui a 10 anos possamos ter um novo desenho e possamos até mudar esse planejamento que hoje estamos discutindo? Todas as propostas serão bem-vindas.

Um item de que pouco se falou aqui, foi apenas mencionado, é a regulação. Essa é outra preocupação muito forte. A preocupação a partir do momento do decreto assinado, do Plano, é no sentido de que ele, como já foi dito, não se transforme numa peça literária, mas que seja praticado. E, para isso, a sociedade vai cobrar a participação de todos, para que esse Plano efetivamente se transforme numa ferramenta para solucionarmos os problemas graves de saneamento e todas essas mazelas do saneamento.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Agradeço a todos que aqui falaram ou estiveram presentes e também aos internautas a participação. Esperamos que realmente possamos ter esse documento se consolidando até julho/agosto deste ano.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Roberto Britto) - Nada havendo mais a acrescentar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a todos os senhores convidados e aos Srs. Deputados a presença; agradeço também aos internautas que participaram da nossa audiência pública.

Está encerrada a reunião.